



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 8ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Município de Divinópolis pelo Centenário de sua Emancipação
- 1.2 - 5ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR



ATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/5/2012

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Leitura de mensagens - Execução do Hino Nacional - Palavras do Governador do Estado - Palavras da Deputada Luzia Ferreira - Palavras do Deputado Fabiano Tolentino - Entrega de placa - Palavras do Prefeito Vladimir de Faria Azevedo - Palavras do Vereador Anderson Saleme - Palavras do Deputado Federal Domingos Sávio - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Doutor Viana - Fabiano Tolentino - João Leite - Luzia Ferreira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Município de Divinópolis pelo centenário de sua emancipação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Dinis Pinheiro, Governador do Estado em exercício; Vladimir de Faria Azevedo, Prefeito Municipal de Divinópolis; Deputado Federal Domingos Sávio, representando a Câmara dos Deputados; Vereador Anderson Saleme, Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis; Deputado Doutor Viana, ex-Presidente desta Casa; e Nestor Francisco de Oliveira, Subsecretário de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Governo; a Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira e o Exmo. Sr. Deputado Fabiano Tolentino, coautores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Leitura de Mensagens

O locutor - Gostaríamos de dar ciência a todos de mensagem que nos foi enviada pelo Exmo. Sr. Deputado Federal Jaime Martins Filho, na qual ele se irmana a esta iniciativa do Deputado Fabiano Tolentino e da Deputada Luzia Ferreira, coautores do requerimento que deu origem a esta belíssima homenagem, e cumprimenta o Município de Divinópolis pelo seu centenário de emancipação e todos



os seus cidadãos na pessoa do Prefeito Vladimir de Faria Azevedo. Também gostaríamos de registrar o recebimento de mensagem do Exmo. Sr. João Teixeira, Presidente do Grupo Teixeira, lamentando não poder estar presente, em razão de concorrência de agendas. Manifesta também os parabéns ao Deputado Fabiano Tolentino e à Deputada Luzia Ferreira pela brilhante iniciativa e, naturalmente, aos divinopolitanos pelo centenário do seu Município de coração.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral Municipal de Divinópolis, regido pelo maestro José Carlos Gonçalves.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Governador do Estado

Exmo. Sr. Deputado João Leite, representando o Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado José Henrique; Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Divinópolis, Vladimir de Faria Azevedo; Exmo. Sr. Deputado Federal Domingos Sávio, dileto amigo, representando a Câmara dos Deputados, retornando a sua querida Casa; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Anderson Saleme, que extraordinário trabalho faz na Câmara Municipal, parabéns; Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira, coautora do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. Deputado Fabiano Tolentino, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, senhoras e senhores, imprensa; querida Luzia, queridos Fabiano, Vladimir e João Leite, famílias de Divinópolis, não poderia deixar de estar aqui para partilhar deste momento memorável, que inunda o nosso coração de satisfação, honra e contentamento. Confesso que hoje é um momento especial para quem exerce a vida pública há anos e anos ou para quem foi abarcado pela estrada da vida pública há tantos anos, até por influência do nosso saudoso e querido pai, Tônico Pinheiro, Vereador e Prefeito de uma pobre cidade, mas de fé, perseverante.

O meu querido amigo João Leite me perguntou como é ser Governador. Realmente é um encargo nobre, honroso, mesmo que interinamente, provisório e pertencente à Assembleia. Aqui estou como representante dos queridos pares, pois fui eleito Presidente da Assembleia por generosidade dos colegas. Agora, em função da viagem do Governador Anastasia e do Vice-Governador Alberto, nosso querido amigo, assumi interinamente, mas, evidentemente, com esta mesma vontade, com este mesmo espírito e com aquela garra que acredito sempre nortear os meus passos na estrada da vida pública. Respondo com alegria ao amigo João Leite: percorrendo o mesmo caminho da simplicidade, mas com enorme vontade de servir e de praticar incansavelmente o devotamento à causa dos mineiros e das mineiras, do próximo, do semelhante e, acima de tudo, das pessoas mais carentes. Sou um homem de sonhos, de objetivos, que quer continuar a caminhar fazendo o bem. Para praticar os nossos sonhos, os nossos objetivos, escolhemos certamente o caminho da vida pública, que entendemos ser o instrumento mais nobre, promissor, vigoroso e transformador da vida das pessoas; de edificar os seus sonhos e de dar a sua contribuição e a sua entrega para melhorar a vida do próximo. A vida pública é isso, é simples, tem significado simples, mas imensurável: melhorar a vida das pessoas. Se ela não melhorar, se torna pequena e insignificante. Deus tem sido generoso com a minha pessoa, com a minha família.

Amiga Luzia, amigo Fabiano, não poderia deixar de partilhar deste momento, desta festa, de celebrar 100 anos de uma cidade que marca os mineiros e as mineiras, a nossa história partilhada de progresso e desenvolvimento. São 100 anos recheados de luta, de angústia, de sofrimento, mas, muito mais do que isso, de perseverança, de obstinação e de vitórias. Divinópolis é referência para todos nós, mineiros, para todos os munícipes, conforme disse, pelo seu espírito religioso, pela sua faceta cultural, pelo polo industrial que consegue agregar, por se comportar fortemente como notável indutor de desenvolvimento, não apenas do Centro-Oeste, mas de todo o Estado. Queira Deus que todas as outras cidades possam percorrer esse mesmo caminho que tantas pessoas bravas, apaixonadas, idealistas e abnegadas tiveram a oportunidade de percorrer e de abraçar Divinópolis como causa maior. Espero que tantas outras cidades possam partilhar dessa peregrinação e alcançar, querido Presidente, a celebração de um momento marcante e memorável como este.

É bom revisitar o passado. Estou vendo aqui sete ilustres cidadãos, uma atitude de coragem, um olhar para o futuro. Falo com alegria e orgulho, na condição de mineiro, que Divinópolis representa como poucos o símbolo do futuro, do desenvolvimento, da prosperidade. Espero que esse símbolo possa inspirar e estimular tantos outros a conquistarem esse momento de prosperidade que acabou por se traduzir nestes 100 anos. Nada mais justo e louvável que este abraço, esta reverência, esta homenagem do Legislativo mineiro.

Quero ter a oportunidade não somente de parabenizar essa história edificada na fé, no labor e no devotamento ao outro, mas também, como mineiro e empregados mineiros, de externar o nosso agradecimento e a nossa gratidão por ofertarem a esta augusta Casa e ao Parlamento de Minas, que, conforme digo, é vanguardista em nível nacional, por obra de seus funcionários e servidores abnegados e por obra, dedicação e energia dos seus Deputados e das suas Deputadas.

Nada melhor do que estar aqui hoje como Governador interino ao lado dessa brava mulher, Luzia Ferreira, e desse jovem, Fabiano, revelação de Minas. É um prazer enorme saber que na estrada da vida pública há pessoas desse estofado, desse escol, dessa retidão, desse caráter, dessa decência e dessa vontade louca de servir Minas, Divinópolis e nosso povo. Realmente são parlamentares extraordinários que nos enchem de orgulho.

Portanto, amiga Luzia e amigo Fabiano, desejo-lhes luz, sabedoria e muito trabalho e que continuem brilhando nesta Casa, fazendo o bem e enaltecendo não só o Parlamento de Minas, mas também o nosso Estado. Além disso, que o nosso Estado possa ofertar a todo o nosso povo, a nossa gente, sobretudo, aqueles 900 mil mineiros que ainda vivem infelizmente numa situação de pobreza extrema a mesma sorte que todos nós estamos tendo a oportunidade de desfrutar - sorte de ter uma vida melhor, mais próspera e saudável. Esse é o desejo daqueles que verdadeiramente abraçam a vida pública como verdadeiro sacerdócio. É isso que certamente estimula a Deputada Luzia e este jovem Fabiano e permite que, no âmbito do Congresso Nacional, brilhe um parlamentar diferenciado, bravo, aguerrido, patriótico, com espírito altaneiro, que brilhou aqui e deixou um exemplo admirável, sobretudo para mim, haja vista que tive



e tenho por ele uma relação muito fraterna e afetuosa. Digo, sem medo de errar, que ele está inserido naquele grupo privilegiado de homens e mulheres de bem e que se encontra num patamar de ponta e excelência.

Portanto quero trazer o agradecimento e os parabéns ao Deputado Domingos Sávio. Desejo que continue brilhando, fazendo o bem, servindo Minas, honrando a nossa Casa e as nossas belas tradições, aliás, tradições da vida política que nos fazem revisitar Milton Campos, retornar ao passado, lembrar aquele espírito empreendedor de JK, debruçar sobre a história deste notável estadista, Senador Aécio Neves, que hoje realiza um trabalho de dimensão nacional e nos faz aplaudir permanentemente este notável Governador, Prof. Antonio Anastasia, que tem ao seu lado este nosso querido amigo, fraterno, companheiro e extraordinário homem público, Alberto Pinto Coelho.

É assim que conseguimos chegar à celebração dessa história bonita de Divinópolis: pelo sacrifício e denodo e pela entrega de homens e mulheres tão bem representados pelos senhores, pelas senhoras e por esse coral tão lindo que cantou e encantou o coração de cada um de nós. Além disso, pelo Presidente da Câmara, pelo Deputado João Leite que hoje preside esta reunião, pessoa maravilhosa, homem público realmente diferenciado e de notáveis virtudes. Ao chegar aqui e cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, este já externou o seu carinho e admiração pelo Deputado João Leite. É bom termos esse reconhecimento. Digo que, nesta estrada da vida pública e nesta caminhada por Minas Gerais, acredito que o sonho de cada um de nós é ter uma oportunidade de percorrer os locais mais simples, distantes e menos favorecidos e identificar no rosto daquele mineiro o rosto da alegria, do contentamento e da satisfação.

Podem estar certos, senhores e senhoras, de que essa é a satisfação gratificante da vida pública. É isso que fazemos, que homens e mulheres de bem de Divinópolis fizeram, que os senhores e as senhoras estão fazendo e que certamente nossos filhos e netos haverão de fazer com o objetivo maior de edificar uma história ainda mais linda, promissora e que possa traduzir-se numa vida mais igualitária, justa, humana e cristã para todos nós. Portanto não poderia deixar de estar aqui. Obrigado pelo convite e pela oportunidade.

Parabéns, Vladimir, você é um extraordinário Prefeito, um jovem líder. Fico feliz em ver aqui o seu pai, a sua mãe, a sua esposa, a sua família. Isso é o que há de mais sagrado para todos nós. No exercício da vida pública, esse apoio é fundamental, essa solidariedade, esse abraço familiar. A família que dá força, alento e entusiasmo para que possamos suportar e superar os solavancos da vida, acima de tudo, da vida pública. Meu abraço à senhora, meu abraço ao senhor, à sua esposa, a todos os familiares. Que você continue brilhando e fazendo esse trabalho que engrandece não só a história de Divinópolis, mas de Minas Gerais. O meu abraço, o meu reconhecimento e a minha admiração. Divinópolis e Minas Gerais precisam muito de você. Continue brilhando, continue inspirando tantas outras cidades a percorrer esse caminho, que haverá de nos levar a momentos de maior prosperidade, maior desenvolvimento e, acima de tudo, de alcançar aquele destino tão sonhado e desejado por todos, o destino da solidariedade e da justiça social. Que Deus abençoe as senhoras e os senhores. Paz, felicidade e alegria. Viva Divinópolis! Viva os 100 anos dessa belíssima história!

Palavras da Deputada Luzia Ferreira

Parabéns a todos. É uma alegria recebê-los na Casa do povo de Minas Gerais, a Assembleia Legislativa. Cumprimento meu caro amigo, Deputado João Leite, representando o Presidente em exercício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado José Henrique. Sentimo-nos muito honrados, porque sabemos que está fazendo um esforço imenso de estar aqui numa noite em que o nosso time, o Galo, está jogando. Mas está aqui, prestigiando Divinópolis nesta solenidade. Sabemos que está aqui de coração, mas torcendo para que tenhamos uma vitória. É o primeiro jogo do Atlético no Estádio do Independência, que foi recém-inaugurado. Ou seja, é ainda mais importante. Cumprimento também o caríssimo amigo Deputado Dinis Pinheiro, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais. Com certeza, hoje é um dia especial para você na sua trajetória política, porque, apesar de ser interino – você vai ficar 10 dias -, vai agir como Governador do Estado, portanto representando todos os mineiros. Como você disse, quem está na vida pública escolheu ajudar o País, o Estado dessa forma. É o maior cargo a que poderia chegar no Estado. Portanto, sei que está muito emocionado. Fico muito feliz com a sua presença. Divinópolis, que é uma das principais cidades do Estado, com certeza, também está muito orgulhosa de ter aqui o Governador do Estado. Muito obrigada.

Cumprimento o caríssimo e querido Prefeito Vladimir de Faria Azevedo, que já tem a honra de ser o Prefeito do centenário. Muito obrigada. Tenho muito orgulho de recebê-lo aqui, e todos os nossos conterrâneos. Cumprimento o querido amigo Deputado Federal Domingos Sávio, que hoje nos representa na Câmara Federal. Permitam-me também fazer referência ao Deputado Jaime Martins por estar em viagem fora do País e não poder estar conosco, mas me ligou pessoalmente e me pediu que transmitisse a todos que está irmanado conosco nesta solenidade e encaminhou uma mensagem. Cumprimento o Exmo. Sr. Anderson Saleme, Presidente da Câmara Municipal, aqui representando o Poder Legislativo. Vejo a presença também dos Vereadores de Divinópolis Pastor Paulo César, ex-Presidente da Câmara, Rodyson do Zé Milton, Geraldinho da Saúde, se me permitam falar a todos só de olhar. Cumprimento o Deputado Fabiano Tolentino, que junto comigo foi coautor do requerimento, aprovado por todos os Deputados, que deu origem a esta solenidade. Permitam-me também cumprimentar a Janaína, nossa primeira dama; a Ana Lúcia, mãe do Vladimir; e o Sr. Hilário, que com certeza acompanham todos os passos do filho, torcem para dar certo e fazem a sua parte no dia a dia da gestão. Só de dar amparo espiritual, afeto e afago já é muito importante, porque a vida pública muitas vezes nos desequilibra, pelas demandas e incompreensões. Ter pessoas ao nosso lado, que nos acolhem nesses momentos, é muito relevante, e sei que vocês, com muito carinho, devem acolhê-lo no dia a dia.

Ao realizar esta reunião especial, em conjunto com o Deputado Fabiano Tolentino, em homenagem ao centenário de Divinópolis, faço imbuída da necessidade de prestar reconhecimento à cidade e sua gente. Às suas lideranças, aos seus empreendedores, aos seus artistas, que são muitos, e a todos que contribuíram para que Divinópolis, ao completar 100 anos, se orgulhe de ser uma das 12 maiores cidades de Minas e ter o quinto maior Índice de Desenvolvimento Humano do Estado.



Desde a sua origem, ainda no séc. XVIII, como pequeno povoado às margens do Rio Itapecerica, que - reza a história - fugia das retaliações da Guerra dos Emboabas, já se prenunciavam as potencialidades por sua localização estratégica. À época, era motivo de disputa das Câmaras coloniais de Pitangui, São João del-Rei e Itapecerica. Logo surgiria a primeira igreja, característica dos povoados de Minas, sob a influência da colonização portuguesa e da hegemonia da Igreja Católica. A cidade cresceu abençoada pelas águas dos Rios Itapecerica e Pará. Que privilégio! Rios que continuam a banhar a cidade, não com a limpidez de outrora, e hoje nos pedem socorro para terem de volta suas águas cristalinas e nos impõem a imperiosa reflexão de conciliar desenvolvimento com a preservação dos nossos recursos naturais.

Divinópolis tem hoje 213 mil habitantes. Em 1813, quando foi realizado o primeiro levantamento demográfico, o Distrito contava com 1.154 pessoas. Multiplicaram-se as pessoas e as oportunidades. Uma delas chegou antes da emancipação do Município – a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1890, no governo de João Pinheiro, gerando desenvolvimento para o Distrito do Espírito Santo. Desde essa época o transporte ferroviário tem função estratégica no crescimento da cidade e hoje pode impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento, com a implantação de um novo ramal e de um porto seco, cuja infraestrutura já se encontra instalada. A implantação da Usina do Gafanhoto, a primeira do Estado no campo da energia elétrica, também é marco importante na infraestrutura da cidade, propiciando investimentos produtivos. Em agosto de 1911, o Presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão, emancipou o Distrito, e, no dia 1º de junho do ano seguinte, o de 1912, foi instalado o Município de Divinópolis.

A história de um povo é feita a muitas mãos, mas em todos os momentos decisivos há aqueles que se destacam por sua liderança. Entre tantos que contribuíram para a emancipação de Divinópolis, permitam-me lembrar aqui o farmacêutico Pedro Xavier Gontijo, o comerciante Antônio Olímpio de Moraes, o advogado Francisco Ribeiro de Carvalho e o Pe. Matias Lobato, que tiveram importante participação na luta pela emancipação de Divinópolis.

Antônio Olímpio foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal, que, àquela época, tinha função executiva e legislativa, e, portanto, podemos considerá-lo o primeiro Prefeito da cidade. Pe. Matias Lobato emprestou seu nome a uma escola e com ele guardo uma relação de afeto, pois foi lá que me formei no curso primário.

Seis Presidentes da Câmara, que eram também os Prefeitos, sucederam-se até 1930, quando o Legislativo foi abolido pelo Governador Olegário Maciel e Pedro Xavier Gontijo foi nomeado Interventor municipal, ficando seis anos no cargo, até 1936. Quero lembrar aqui que foi no período getulista, na época do Estado Novo.

Seguiram-se vários Prefeitos nomeados até 1947, quando foi restabelecida a eleição direta, sendo eleito Jovelino Rabelo. Cada um, a seu tempo e com as condicionantes históricas específicas, contribuiu para o desenvolvimento de Divinópolis e para sua afirmação como cidade-polo do Centro-Oeste mineiro.

Vieram as siderurgias, as fundições, as confecções. O comércio e a prestação de serviços se tornaram vigorosos, ampliando as oportunidades de trabalho e de renda, propiciando a expansão da população urbana com a atração da população da zona rural e das cidades vizinhas.

A cidade se fortaleceu na área da educação, incluindo o ensino superior. Na década de 60, poucas cidades do interior tinham essa modalidade de ensino. A Fafid, hoje Inesp; a Fadom e a Faced são dessa época.

Outro destaque é a referência no atendimento à saúde. São vários hospitais, clínicas, laboratórios e especialidades médicas, que consolidam sua referência com a inauguração do Hospital Público Regional, em fase final de construção.

Divinópolis não seria a mesma sem as manifestações culturais e a criatividade de seus artistas, em todas as áreas. Lembro aqui das tradições de matriz africana - o congado, as folias de reis -, dos corais - e aqui temos um belo exemplo de como os corais prosperaram em Divinópolis -, do artesanato, de Adélia Prado, na literatura; de Túlio Mourão, na música; de GTO, nas artes plásticas, entre tantos talentos que projetaram e projetam a cidade no cenário nacional e internacional e afirmam a nossa identidade de divinopolitanos.

Senhoras e senhores, o mundo mudou nestes 100 anos. Os atores são outros. Mais exigentes, mais participativos, mais senhores de direitos. A democracia se consolidou, e não há mais espaço para Interventores ou Prefeitos nomeados. O voto, mais que um dever, é um direito. A liberdade é ampla e sem adjetivos. O desenvolvimento tem que ser sustentável; a ética passa de valor individual a requisito fundamental da ação política. As mulheres votam, embora ainda continuem basicamente como eleitoras. E, em toda a história de Divinópolis, apenas quatro conseguiram se eleger como Vereadoras.

Prefeito Vladimir e Presidente da Câmara Municipal Anderson Saleme, o povo lhes concedeu o privilégio de estar à frente dos Poderes Executivo e Legislativo no centenário da cidade. Sei que os senhores têm consciência da responsabilidade de governar uma cidade com tantos desafios. E sei que o fazem com dedicação, com compromisso público e ético, valorizando a participação da sociedade, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida e a expansão da cidadania - princípios e valores que esperamos que prevaleçam no presente e no futuro da gestão pública da cidade -, e que serão lembrados por isso. O que a memória ama fica eterno, disse Adélia Prado.

Divinópolis me acolheu, e serão eternas as minhas lembranças, como as do grupo de jovens, da Igreja Nossa Senhora da Guia, do centro do Colégio Estadual, das horas dançantes, dos bailes, dos namoricos no cinema, das serenatas e da União Estudantil de Divinópolis, onde iniciei as minhas militâncias sociais e as minhas convicções políticas transformadoras. Eterna será a lembrança da rebeldia daqueles tempos; eterna será a cidade de Divinópolis, agora centenária. Muito obrigada.

Palavras do Deputado Fabiano Tolentino

Exmo. Sr. Deputado João Leite, representando o Presidente da Assembleia Legislativa; hoje Governador do Estado de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro, do qual realmente temos um orgulho especial, assim como pelo Deputado João Leite, pois estamos sempre juntos. O Deputado João Leite é uma pessoa fantástica nesta Casa e sempre nos auxilia em todas as nossas demandas. Muito obrigado por tudo, Deputado.

Hoje está aqui, nesta Casa e nesta noite festiva, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Divinópolis, Vladimir de Faria Azevedo. Gostaria de cumprimentar todos os Secretários e funcionários da Prefeitura de Divinópolis e também a Sra. Ana Lúcia, mãe do Prefeito, o seu pai Hilário, a Janaina e o Emanuel, que estão em casa. Mas tenho a certeza de que, pela vibração, estão torcendo por Divinópolis neste centenário.

Exmo. Sr. Deputado Federal Domingos Sávio, companheiro, batalhador, que já esteve nesta Casa também e que sabe dos desafios que enfrentamos todos os dias. Mas V. Exa. também sabe o quanto é gostoso estarmos aqui, trabalhando por Minas Gerais, por Divinópolis e pela nossa região.

Gostaria de cumprimentar o Buião e toda a equipe do Deputado Jaime Martins, que não se faz presente, mas está muito bem representado. Também cumprimento o Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Anderson Saleme, com o qual tive o privilégio de estar na Câmara Municipal. Também cumprimento os Vereadores Pastor Paulo, Rodyson, Geraldinho e todos os Vereadores de Divinópolis. Talvez eles não possam estar aqui, mas estão de coração e devem estar nos assistindo pela TV Assembleia.

A Deputada Luzia é essa companheira, e acho que política se faz com companheirismo e com amizade. A Deputada Luzia, no momento em que pensou em fazer esta reunião, primeiramente, pensou em mim, procurou-me. Ela foi até meu gabinete e falou: “- Deputado, vamos fazer a reunião.” Realmente, essa iniciativa partiu da Deputada Luzia, e temos de render esta homenagem, muito bem escolhida, neste ano festivo de Divinópolis. A Deputada veio homenagear essa cidade e me chamou para ser o seu coautor. Por isso, fico muito feliz por representar a nossa Divinópolis e de estar aqui ladeado da Deputada Luzia, que também é da nossa cidade, a qual está muito bem representada. Juntamente com os Deputados Federais Domingos Sávio e Jaime Martins e com o Prefeito Vladimir, estamos levando benefícios para essa cidade. É muito gostoso quando trabalhamos uma política em parceria. Acho que política tem de ser feita dessa forma. Senhoras e senhores, a população divinopolitana faz-se presente aqui com suas representações. Fico feliz porque a Casa do povo mineiro, a Assembleia Legislativa, está de portas abertas para nós, divinopolitanos. Esta reunião, momento festivo e de alegria, alcançará, pela transmissão da TV Assembleia, toda Minas Gerais.

Havia redigido um discurso mas neste momento quero falar de coração. A Deputada Luzia, que me antecedeu, já contou, magnificamente, toda a história de Divinópolis, mencionando todos os Prefeitos que por lá passaram, a quem também rendo homenagens, assim como aos Vereadores e às nossas figuras fantásticas, tais como Adélia Prado e GTO, que é um grande artista. A história de Divinópolis é bonita, uma história de grandeza e pujança, a que muito bem se referiu a Deputada Luzia. Neste momento, falarei com a voz do coração, lembrando-me daquele primeiro momento, em que lá estive como Vereador. Rendo homenagens ao Deputado Dr. Rinaldo Valério, que fez um bom trabalho por Divinópolis. Cito também o Prefeito Demétrio, que me convidou a ser Secretário de Esportes. E aí começa a minha trajetória política. Fiquei feliz como Vereador, mas eis que o destino quis algo mais para nós. Partimos para uma campanha difícil, juntamente com nomes expressivos de Divinópolis, e estamos aqui. Este é um momento de emoção e alegria por sabermos estar representando Divinópolis na Assembleia Legislativa, cidade em que obtive 23.500 votos entre os meus 31 mil votos, portanto mais de 85% de minha votação foi dada pela população divinopolitana, a quem agradeço.

Gostaria de dizer, Prefeito Vladimir, que estamos à disposição para ajudar nossa cidade. Nesses dois anos, por meio de emendas de nossa autoria, levamos R\$2.000.000,00 para aquela cidade, trazendo-lhe uma diversidade de benefícios: reforma de quadras, de áreas de esporte, academias populares, ambulâncias para a Secretaria de Saúde, calçamento, infraestrutura etc. Portanto, já temos algo a contribuir para com o centenário de Divinópolis.

Agradeço imensamente a todos. Rendo homenagens ao coral da Escola de Música, ao Maestro José Carlos - realmente maravilhoso -, mostrando a nossa cultura, a nossa grandeza. Divinópolis é uma cidade que cresce de forma ordenada, é um lugar gostoso de se morar. Divinópolis é uma cidade boa, cujo horizonte brilha sob o sol do nosso Divino Espírito Santo. É realmente muito gostoso estar aqui. Agradeço a todos vocês e digo-lhes que contem conosco. Divinópolis está completando 100 anos, mas virão outros 100, e mais outros 100. Com a parceria certa e bem feita, que é a melhor forma de se fazer política, a nossa Princesinha do Oeste crescerá cada dia mais, alavancando o progresso e propiciando às cidades da região um futuro melhor.

Muito obrigado. Fica aqui o abraço do Deputado Fabiano Tolentino. Parabéns Divinópolis por seu centenário. Estaremos sempre juntos, trabalhando por essa grande cidade, que é a cidade que amamos.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado João Leite, representando o Presidente em exercício da Assembleia Legislativa, Deputado José Henrique, fará a entrega ao Exmo. Sr. Vladimir de Faria Azevedo, Prefeito Municipal de Divinópolis, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “A história de Divinópolis surge de 50 famílias moradoras das margens dos rios Itapecerica e Pará e, em 1912, o povoado torna-se Município emancipado. Hoje, a cidade é uma referência no Estado e no País como centro financeiro comercial, com suas inúmeras confecções de roupa de pronta-entrega, além de ser importante núcleo cultural. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta a Divinópolis justa homenagem em seu centenário pelo seu grande destaque no cenário estadual e nacional”.

O Sr. Presidente - Convido a Deputada Luzia Ferreira e o Deputado Fabiano Tolentino para que juntos possamos entregar a placa ao Prefeito Vladimir.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Prefeito Vladimir de Faria Azevedo

Boa noite, meu povo de Divinópolis, queridos e queridas cidadãs que aqui me acompanham nessa caravana tão importante e tão significativa para a nossa história. Quero abraçar e cumprimentar meu dileto amigo Deputado João Leite, que não deixa passar nada. O João Leite, meu companheiro, fez história no esporte mineiro, no glorioso Atlético, e aqui é um homem de Deus defendendo os interesses do povo de Minas e com muita honra preside esta reunião. Quero abraçar o Deputado Federal Domingos Sávio, aqui representando a Câmara dos Deputados, um companheiro de longa caminhada e que também dedicou nesta Casa Maior das Leis de



Minas Gerais seu talento e sua liderança em nome de Divinópolis e do povo do Centro-Oeste mineiro. Tive a alegria de ver aqui também meu caro amigo Hélio Araújo, nosso querido Buião, representando o Deputado Federal Jaime Martins, que está em viagem.

Sinto-me muito feliz também em ter ao meu lado o Vereador Anderson Saleme, Presidente da Câmara Municipal, amigo de vida, e saber que vários Vereadores dedicaram sua agenda para estar aqui conosco. Eu pediria para ficarem de pé os Vereadores Rodyson, o Geraldinho, o Pastor Paulo. Esses três foram os que eu vi, há mais algum Vereador presente? A presença dos senhores torna mais representativo o Poder Legislativo Municipal nesta importante cerimônia. Quero, de forma especial, abraçar e agradecer os Deputados Fabiano Tolentino e Luzia Ferreira, que hoje representam tão bem a nossa terra do Divino, nesta Casa e, com essa cerimônia, colorem de forma especial a magia do momento do Centenário de Divinópolis. Minas Gerais tem dezenas de Municípios emancipados no dia 1º de junho de 1912, e creio que esta Casa terá oportunidade de homenagear poucos. É pelos nossos representantes, pela grandeza de nossa cidade e pela aquiescência de todos os pares que compõem as 77 cadeiras do nosso Parlamento mineiro que temos essa honrosa alegria e distinção de estar aqui nesta noite.

Muito obrigado, Deputado Fabiano Tolentino, Deputada Luzia Ferreira. Em nome do povo de Divinópolis, agradeço essa distinção, que torna o nosso centenário muito mais significativo. Ficará registrado nos anais da nossa história, para as futuras gerações tomarem conhecimento dos cidadãos e cidadãs que aqui vieram, que dedicaram a noite para aplaudir sua cidade, na Casa Maior das Leis de Minas Gerais. Quero também registrar a felicidade por me acompanharem a minha família, meu porto seguro: a minha esposa amada, Janaina; meus pais, Hilário Azevedo, ex-Vice-Prefeito de Divinópolis, que muito me inspirou na minha vida pública, e acima de tudo nos meus valores, na minha conduta e retidão na coisa pública; a minha mãe, Ana Lúcia, que me educou, como professor, com muita honra também me acompanha.

Aqui hoje há uma plateia que representa muito a nossa cidade. Há praticamente todos movimentos sociais, como lideranças comunitárias, culturais e movimentos. Há representação do movimento negro, do movimento gay, há a sociedade dos surdos, do movimento de defesa do consumidor. Enfim, há representação da sociedade de forma muito expressiva. Está aqui o meio acadêmico representado pelo Prof. Pedro Pires, há aqui a cultura, representada pelo Coral. Divinópolis é a terra dos corais, das belas vozes, representada pelo Maestro José Carlos, grande amigo, que tem um grande talento na regência de corais. Já houve ótimos corais na cidade regidos pelo José Carlos e agora ele nos empresta o seu talento no Coral Municipal de Divinópolis. Agradeço-lhes muito por estarem aqui de forma voluntária, e também por amor a nossa cidade, embelezando a nossa cerimônia.

Mas o que vale é sentir e viver esse momento. Dos 5.564 Municípios do Brasil, Divinópolis, nos seus 100 anos de história, chega entre os 130 maiores. Minas Gerais é o Estado com maior número de Municípios, 853, e Divinópolis está próximo dos 10 maiores de Minas; tem o quinto IDH, a quinta melhor qualidade de vida do Estado; a melhor educação pública fundamental de Minas Gerais, a quinta melhor do Brasil. Somos reconhecidos pelo Ipea como uma das 20 metrópoles do futuro. Contamos com a Fundação João Pinheiro, colocando Divinópolis entre as 10 melhores cidades de Minas para se viver e se investir. A revista Exame divulgou que estamos entre as 100 maiores do Brasil e melhores também para se investir. Nesses 100 anos de história, que nasceu dos trilhos da ferrovia, ela chega hoje muito embalada pela força da sua gente, pela dedicação de seus fundadores. O folheto que a Câmara trouxe muito bem expressa o quão eles foram abnegados.

A Deputada Luzia Ferreira já relatou momentos importantes da nossa história, dos fundadores, dos que deram sequência. Tenho o privilégio de ser a quarta geração de uma família. Nessa foto aparece o meu bisavô, João Severino de Azevedo, com um bigodão, que foi o primeiro Prefeito, como o mais velho da cerimônia, antes da eleição de Antônio Olímpio de Moraes. Pela coincidência histórica ou providência, já que somos a cidade do divino, marcada pela fé, e nós acreditamos na providência, foi ele que deu posse a Antônio Olímpio de Moraes. E hoje, nessa roda da vida, quis o destino que eu estivesse à frente dos destinos da nossa divina, centenária e amada cidade.

É um momento em que uma linha imaginária do tempo cria um marco muito forte que me enche de orgulho e de responsabilidade, que me enche de esperança em ver que a nossa cidade-oficina continua forte, com o vigor da sua gente que a construiu, que a nossa cidade-esperança continua projetando tantos talentos, que a nossa cidade-esperança continua sendo uma referência para o Centro-Oeste Mineiro, com suas cidades-irmãs, vizinhas, para Minas e para o Brasil.

Hoje, além do público presente, quero abraçar todos os telespectadores da TV Assembleia, que estão nos assistindo em Divinópolis, em todas as fronteiras de Minas. Esta Casa faz que a máxima de Guimarães Rosa de que Minas são muitas se converta numa unidade das Minas e das Gerais, encontrando-se nas suas diferenças para fazer este nosso Estado tão querido e grandioso, esse pilar fundamental do desenvolvimento do Brasil e da política brasileira.

Quero dizer da felicidade de estar conosco o Governador em exercício, Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, que precisou ausentar-se, representando o Governador Anastasia, que está em viagem. Vejo aqui a chegada do Deputado Doutor Viana, a quem agradeço a presença. Fico feliz em ver a importância de Divinópolis ser reconhecida nesta Casa Maior. Temos muita coisa a comemorar no centenário. Hoje mesmo tivemos uma cerimônia de sorteio de 311 residências. Estamos batendo recorde em moradias para várias famílias e sabemos o quanto isso significa neste momento do centenário. Estamos construindo um hospital. Se Deus quiser, teremos no bicentenário, em 2112, vidas salvas e pessoas comentando sobre a nossa ousadia em construir um hospital, que já começa com 200 leitos e 17.000m² de área construída e que será um divisor de águas na qualidade e na salvação de tantas vidas do povo de Divinópolis e do Centro-Oeste mineiro.

Segunda-feira estaremos recebendo o Presidente da Copasa, Dr. Ricardo Simões, e quero convidá-los de antemão para estar conosco na ocasião em que daremos a primeira ordem de serviço para a efetiva despoluição do Rio Itapecerica, um sonho de tantas gerações. Nós faremos sua salvação e faremos que a sua gleba virente, que cantamos no nosso hino, seja mais ímpar, seja mais próspera para as futuras gerações. Estamos também preparando o edital para o complexo de tratamento de resíduo e o nosso aterro sanitário, com termos estruturantes para uma cidade sustentável que queremos fazer. E fazemos juntos, escrevendo com os Vereadores compromissados, com as lideranças compromissadas e as instituições que somam conosco num processo de gestão compartilhada, e junto ao Vice-Prefeito Francisco, que faço questão de cumprimentar. Ele coordenou o Minha Casa, Minha Vida e, junto a mim,



administra a nossa cidade nesse processo de união que conseguimos estabelecer com lideranças políticas - Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores comprometidos com esse projeto, Deputados Estaduais e Federais -, de modo que todos remem para o mesmo lado. Já é difícil remar para o mesmo lado, imaginem nós, mandatários de vocês, da população, disputarmos às vezes outro interesse que não seja convergir o interesse público e fazer progresso na saúde, na educação, na assistência social, no desenvolvimento econômico, em todas as faces das políticas públicas. É assim que pensamos, que agimos.

Caro Deputado João Leite, que preside esta reunião, a cada dia vemos que a política séria vale a pena. Caminhar com as mãos limpas, a cabeça fria, mas o coração muito quente faz a diferença dos rumos da história para melhor, faz a diferença na vida das pessoas para melhor. Esse é o grande legado que a política nos deixa, a grande gratificação e a grande remuneração que pode ter um político que defende o interesse público.

A cada dia da minha caminhada, agradeço a Deus e ao Divino Espírito Santo, nosso padroeiro, a luz que me dão para eu continuar nessa caminhada e a oportunidade que tenho de servir à minha cidade todos os dias e neste momento, acima de tudo, mágico do nosso centenário. Junto a todas essas pessoas - empresários, trabalhadores, educadores, lideranças comunitárias - queremos fazer que essa cidade seja cada dia mais divina.

Obrigado, Deputados, obrigado, meus caros cidadãos, por estarem aqui comigo, nesta noite, representando Divinópolis para Minas Gerais, que reconhece a nossa cidade como centenária e fundamental para o desenvolvimento do Estado. Vamos juntos, a cada dia, fazer o centenário. Teremos muitas ações e eventos pela frente e faremos que Divinópolis seja mais progressista, humanista, acolhedora e desenvolvida. Um grande abraço a todos. Vamos juntos nessa caminhada.

Palavras do Vereador Anderson Saleme

Boa noite a todos. É uma alegria muito grande estar nesta Casa do povo mineiro, recebendo a homenagem que Divinópolis certamente merece. Quero cumprimentar o Doutor Viana, ex-Presidente desta Casa, Deputado de destaque da nossa Assembleia Legislativa; o Deputado João Leite, que hoje preside esta reunião e o faz de forma brilhante, pois sabemos da dedicação e do empenho desse parlamentar; o Deputado Federal Domingos Sávio, meu amigo, representando aqui a Câmara Federal; e o meu amigo Jaiminho Martins, que não está presente conosco, mas que certamente, com a sua equipe, esse apoio e esse estafe de assessores que abrilhantam o evento, constará como sendo aqui representado; meu amigo de caminhada Vladimir de Faria Azevedo – aliás, temos uma ligação histórica, que nos une, e certamente Divinópolis ganha com isso. Tenho certeza de que a gestão de uma cidade precisa ser numa direção única. Certamente o Poder Legislativo tem a sua obrigação, juntamente com o Poder Executivo, de escolher as melhores decisões e o melhor caminho a ser trilhado.

Cumprimento também os nossos anfitriões, o Deputado Estadual Fabiano Tolentino, político brilhante, talentoso e um expoente da nossa cidade; a nossa querida Luzia Ferreira, que, por ser também tão carinhosa conosco de Divinópolis, recebe o carinho e o calor de todos nós que a respeitamos e a amamos tanto; e todos os presentes.

Sabemos que nominar todos é muito difícil, mas quero começar com os Vereadores de Divinópolis que estão presentes - aliás, já foram nominados, mas certamente merecem um destaque especial, porque vieram e estão aqui fazendo aquilo que todos esperam, que é representar Divinópolis nesta grande solenidade: Pastor César, ex-Presidente da nossa Casa; Rodyson do Zé Milton, meu 1º-Secretário e amigo pessoal; e Geraldinho da Saúde, que, além de colega de partido, é um parlamentar brilhante e um amigo querido. Quero estender os cumprimentos aos irmãos do Partido da República que estão presentes e vieram em peso, mostrando que esse partido é realmente unido, que não só acompanha seu Presidente, mas também está onde as boas pessoas estão. Saúdo a todos, aos meus companheiros do Lions, representados aqui pelo ex-Presidente Augusto Fidélis, que também merece o nosso destaque.

Entre tantas lideranças comunitárias, lideranças importantes, como aqui já foram ditas, sabemos que todas merecem destaque, desde os meus amigos do Movimento Unificado Negro, do MGD, assim como vários Presidentes de bairros. Queremos destacar que as lideranças realmente natas e verdadeiras são os senhores, que, naquela pressão e naquelas dificuldades do dia a dia, fazem tudo com tanta atenção e tanto carinho e respeito pela população. Destaco os meus amigos da Sociedade dos Surdos. É bom registrar, porque sou paraplégico, pessoa com deficiência e tenho muito orgulho de ter essa bandeira. Em Divinópolis, há mais de 30 mil pessoas com deficiência. Certamente todas merecem um carinho especial, não porque possuem alguma deficiência, mas porque estão à margem de tantas conquistas e tantos direitos. Precisamos nos fortalecer para sairmos e participarmos da sociedade com igualdade. Temos a honra de ter um coral tão majestoso. Na pessoa do Maestro José Carlos, cumprimento cada um dos integrantes, que sempre nos alegram porque estão em momentos festivos e importantes. Maestro José Carlos, tenho um carinho especial por cada um. Quero cumprimentá-lo e pedir que o senhor dê um aperto e um abraço em cada um por mim. Sabemos que a cultura de Divinópolis é muito mais do que conhecemos, significa muito para nós.

Saúdo a minha irmã, a minha noiva, que também vieram me acompanhar, porque a família tem de estar juntinha. Cumprimento a minha amiga Ana Lúcia, o Vladimir, meu amigo pessoal, por quem tenho muito respeito e admiração, e, posso dizer, amor. Cresci junto desse homem maravilhoso, Hilário Azevedo, que, para mim, é uma referência moral e pessoal. Cumprimento também a minha amiga Janaína, mãe do Emanuel e esposa do Vladimir, que hoje também está aqui para reconhecer, no seu marido, o grande Chefe do Poder Executivo da nossa cidade. É importante para nós estar na Casa do povo mineiro, recebendo os representantes de Divinópolis. Orgulho-me muito de ter sido eleito Vereador por Divinópolis no segundo mandato. Falo isso, porque nós, Vereadores, somos os políticos mais próximos da população - o Prefeito Vladimir também passou por essa etapa - e recebemos a pressão, recebemos o calor. É aí que vemos a importância de termos Deputados Estaduais e Federais para nos ajudarem. Deputados Domingos Sávio e Fabiano Tolentino e Deputada Luzia Ferreira, o Vereador não está sozinho. Mencionei só esses três Deputados porque são de Divinópolis e puxam a sardinha para nós mesmos. Não tenho dúvida de que vamos contar muito com todos vocês, porque, no seu centenário, Divinópolis, a Princesa do Oeste, mostra a sua força e que tem um potencial muito grande nas suas atividades econômicas, culturais e diversas. Saúdo a equipe da Câmara Municipal de Divinópolis, que veio conosco para cobrir este evento e que tem muito a aprender com a equipe desta Assembleia Legislativa, que é referência para o Estado. Nós, que somos referência para o Centro-Oeste, Deputado

João Leite, que hoje preside esta sessão e representa a autoridade maior deste Parlamento, queremos aprender e ter boas influências do Poder Legislativo mineiro na nossa Câmara Municipal. Apesar dos 100 anos, ainda estamos engatinhando e temos muito que aprender. Temos muito a fazer e mostrar para a população de Divinópolis a que viemos. Àqueles que nos assistem pela TV Assembleia e logo, logo, também nos assistirão pela TV Câmara, porque estamos gravando esta reunião, fica o nosso respeito, a nossa gratidão. Mais do que isso, fica o convite para conhecerem Divinópolis, que é uma cidade muito hospitaleira, calorosa, que recebe com muito carinho todos que ali aportam. Deputado Fabiano Tolentino e Deputada Luzia Ferreira, anfitriões desta noite, estamos muito emocionados e felizes. Em nome do Poder Legislativo, que também fez 100 anos, conforme já foi citado pela Deputada Luzia Ferreira, queremos agradecer-lhes. Depois de uma história tão completa, a nossa foi quase que para complementar. Foi muito importante saber que a história de Divinópolis vai ser contada e ouvida por todos que estão aqui presentes, que participam desta solenidade e por aqueles que também estão nos assistindo pela TV Câmara. Eu, Anderson Saleme, Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, os três Vereadores que vieram representando aquela Casa, a Secretária-Geral e toda a comitiva de servidores que vieram aqui prestar esta homenagem a Divinópolis, agradecemos-lhes de coração.

Fica o nosso carinho e a nossa emoção a todos que estão aqui, porque sozinhos não conseguimos dar muitos passos. Precisamos que esta comitiva de Divinópolis, que veio para saudar e participar desta homenagem, sintam-se também contemplada. A nossa presença aqui, minha e do Vladimir, na verdade é o espelho de vocês. Vocês que nos escolheram, que muito bem fizeram suas opções, mas que hoje têm aqui, por meio do Prefeito Vladimir e do Vereador Anderson, os representantes eleitos de Divinópolis, que o fazem com muito orgulho. Temos uma honra muito grande, um respeito muito grande, e sabemos que Vereador, mais do que um título, é um servidor que está à disposição da população. Por ter a proximidade, confesso que sofremos uma pressão grande, mas uma pressão necessária, que nos faz crescer.

Agradeço a oportunidade, Deputado Fabiano Tolentino, Deputada Luzia Ferreira e Deputado Doutor Viana, nosso ex-Presidente, que também acolhe o povo de Divinópolis com respeito e carinho, para que consigamos que esta noite esteja dentro do nosso calendário do centenário. Faltam 28 dias para o grande dia, e todos que estão aqui certamente estarão conosco. Mas fica o convite para aqueles que não estão, que nos assistem, para que possam participar.

Sei que minha mãe está em casa, certamente com a TV ligada, vendo seu filho, seu amigo Prefeito e essas pessoas de bem, que estão aqui hoje para receber, humildemente, esta importante homenagem, que para nós é fundamental para dar o ânimo, o entusiasmo e aquele impulso ao nosso trabalho parlamentar. Registro também, dentro da minha lista, de tantas e tantas homenagens que foram citadas aqui, o MGD de Divinópolis e lideranças que, se não foram nominadas, citadas, sintam-se também contempladas.

Agradeço finalmente. Nós sempre gostamos de falar muito, é uma característica, para não esquecermos ninguém. Por esta homenagem, reconheço nesta Casa, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com todo o respeito e o nosso carinho, o nosso exemplo, o nosso espelho de correção, de ética e de moral. Deputado João Leite, agradeço em nome de V. Exa. e do Deputado Dinis Pinheiro, que é Presidente, Governador, amigo, e merece também ser citado, mesmo na sua ausência. Sabemos dos seus grandes compromissos, da sua vida ativa de um jovem que já alçou o cargo máximo do Estado, que pode ser um prenúncio para os próximos passos, que certamente ele dará.

Um grande abraço a todos, meus amigos e minhas amigas. Quero que cada um receba o abraço do Presidente da Câmara e dos Vereadores que estão aqui conosco. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Domingos Sávio

Boa noite a todos e a todas, meus conterrâneos, amigos, e a todos que nos acompanham pela TV Assembleia, em Divinópolis e em centenas de outros Municípios mineiros, com certeza muitos deles se inspirando também nessa história de luta, de dedicação, de civismo, construída pelo povo de Divinópolis, e muitos que também foram inspiração para nós. Muitas outras cidades, como Itapecerica, de onde viemos, e Pitangui, que são precursoras dessa saga, dessa luta dos mineiros que nascem nas diversas Minas, que somos nós.

Cumprimento o Presidente neste momento, nesta Casa, que está presidindo esta reunião, meu amigo de longa data, Deputado João Leite; igualmente os dois Deputados autores do requerimento, meus conterrâneos, Deputada Luzia Ferreira e Deputado Fabiano Tolentino. Feliz iniciativa de vocês, assim como várias outras, sempre com espírito de união por Divinópolis.

Querido Doutor Viana, parceiro, vizinho de gabinete, uma pessoa que sempre me inspirou, pela sua seriedade, pela sua competência, também ex-Presidente desta Casa. Saúdo o Anderson Saleme, Presidente da Câmara. Quero destacar os nossos três amigos Vereadores presentes, o Pastor Paulo César, o Geraldinho da Saúde, o Rodyson, além do José Milton e as diversas lideranças. Vejo tantas lideranças comunitárias, o povo dos bairros, da luta voluntária pela nossa gente de Divinópolis, o que me deixa extremamente feliz. Permitam-me saudá-los na pessoa de um velho lutador do movimento comunitário, pai do querido Prefeito Lalinho, Hilário Azevedo. Eu te vejo e me lembro da sua luta ainda na fundação da Fambaccord e depois como Vice-Prefeito oriundo do movimento comunitário. Uma história belíssima de família dedicada à vida pública, começando com o seu avô, que presidiu a primeira sessão da Câmara, como lembrou o Vladimir. Hoje, nessa sequência histórica, na figura do Prefeito, a quem agora quero cumprimentar, temos a demonstração clara de que a história se constrói essencialmente pelas pessoas, e as pessoas se organizam a partir das famílias. Família é uma coisa bonita. João e eu conversávamos, quando ele dizia da sua luta e do seu amor pela família. E ainda brincava: “A Cherie está ali com a sua filha. Vocês estão conseguindo se encontrar?” A gente namora pelo menos nas solenidades, porque a saudade é muita, cada um lutando à sua maneira pelas causas que temos pela frente. Você também, Vladimir, mantém essa tradição de uma família que tem amor a Divinópolis.

Divinópolis é para nós uma grande família. Divinópolis é para nós uma história construída a cada dia, com seus filhos naturais e adotivos, como eu, que amam essa cidade de paixão e que, com certeza, se orgulham de chegar ao seu centenário rendendo louvor àqueles que, ao longo de um século, lutaram e construíram esse tesouro, referência para todos nós, mineiros, e, ao mesmo tempo, impulsionando-nos a trabalhar mais, porque sabemos os desafios que temos pela frente. É com esse espírito que vejo com alegria o



Prefeito ter repetido tantas vezes a palavra “união”. União necessária, união essencial, especialmente na vida pública. No ambiente democrático é natural que haja disputas, mas o trabalho do dia a dia em prol da nossa gente requer união. A união que nós, Deputados, temos tido. Algumas vezes, surpreendentemente, ainda ficam querendo colocar indagações, mas ela é natural, necessária, é o que o povo de Divinópolis quer. Que Fabiano, Luzia, assim como os que nos acolhem aqui na Casa do povo mineiro, que são os Deputados que falam pela nossa gente no Estado, estejam unidos. Que eu e o Deputado Jaime – a quem aproveito para saudar na pessoa de seus representantes, em especial o Buião – estejamos unidos na Câmara Federal, trabalhando por Divinópolis, para que possamos preservar essa história bonita e construir uma nova história a cada dia.

Prefeito, você lembrou do nosso rio. Talvez, de tudo, seja o mais simbólico, até porque está no nosso hino, a gleba virante, ali onde está a curva do Rio Itapecerica, onde cresceu essa cidade maravilhosa. Isso precisa ser salvo e você já começou o trabalho, fazendo não só um projeto, mas iniciando efetivamente as obras de despoluição.

Não podemos ficar parados no tempo. Como essa cidade se construiu? A partir da educação. Deixo aqui uma notícia, Prefeito, de maneira simbólica, e em nome de todos nós, Deputados. Na semana passada eu me reuni com a Secretária de Estado de Educação, fazendo-lhe o anúncio de uma verba de 2 milhões de uma emenda federal. E disse a ela: “Secretária, a emenda vem para a Secretaria de Estado, mas quero tomar a liberdade de pedir que, no mínimo, 1 milhão seja disponibilizado para a primeira escola de Divinópolis, a Escola Padre Matias”. Nós juntos, simbolizando mais ainda essa união. Eu, o Jaime, a Luzia, o Fabiano, as demais lideranças estaremos juntos cuidando da nossa educação, daquela que foi a primeira escola da cidade.

Ontem, quarta-feira, eu e o Secretário de Saúde nos reunimos, antes de ir para Brasília, e ficamos assegurados R\$1.300.000,00 para a UPA. Com certeza, o Governador deverá anunciar o dinheiro para concluirmos a obra desse hospital público, que, assim como a Escola Padre Matias, está próximo de completar um século. Hoje, a importante obra pública desse hospital é festejada, por salvar tantas vidas. Daqui a mais um século, um dos nossos descendentes comemorarão o segundo centenário de Divinópolis, e ali ainda estarão as estruturas daquele hospital, onde muitas vidas foram salvas, e aquela cidade continuará prestando serviços, nesses dois pilares básicos da vida pública, saúde e educação.

Concluo as minhas palavras dizendo: temos de render graças ao Divino Espírito Santo e temos de louvar aqueles que trabalharam para que este centenário seja motivo de júbilo. Mas, a melhor maneira de fazê-lo é trabalhar ainda mais por Divinópolis, é nos unirmos por Divinópolis, é compreendermos as nossas divergências naturais e saudáveis, de natureza ideológica. Não podemos nos apartar do compromisso essencial, de fazermos de Divinópolis, cada dia mais, uma cidade da qual possamos nos orgulhar. Hoje, rodo mais de 200, 300 e até 500 Municípios de toda Minas Gerais e falo, muitas vezes, para todo o Brasil, que tenho muito orgulho de ser filho adotivo desta terra que amo: Divinópolis.

Parabéns, Divinópolis, pelo seu centenário e parabéns à Assembleia mineira, Casa que considero minha, e que assim sempre será, tanto quanto a Câmara Municipal, onde aprendi os meus primeiros passos da vida pública. Assim unidos, fazemos justiça, louvando Divinópolis e nos preparando para um futuro melhor. Obrigado João Leite, obrigado a toda Assembleia, por esta justa homenagem à terra do Divino, à terra que amamos.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral Municipal de Divinópolis, que apresentará as seguintes músicas: “Romaria”, de Renato Teixeira e arranjo de José Carlos Gonçalves, com acompanhamento do pianista Rubens Mimoso; “Magnificat”, de José Carlos Gonçalves, com acompanhamento de clarins e dos músicos Madelon de Lelis Silva e Jonas Campos, e o “Hino de Divinópolis”, de José Pereira Brasil.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Saúdo o Exmo. Sr. Vladimir Faria de Azevedo, Prefeito Municipal de Divinópolis, grande amigo e companheiro, uma das lideranças mais jovens do nosso Estado, que nos honra muito com seu trabalho e sua presença, trazendo esse povo tão querido de Divinópolis aqui nesta noite, nesta Casa, que pertence também ao povo de Divinópolis, a nossa Assembleia Legislativa. Saúdo também meu companheiro e amigo, o Deputado Domingos Sávio, que faz muita falta a esta Casa, porque é ele um grande batalhador, um grande companheiro de muita luta. É uma alegria revê-lo, Deputado, assim como ver a Cherie. Dizem que atrás de uma grande mulher tem um homem grande, não é? Esse é o meu caso específico, como é o caso dessa lutadora Cherie. Tenho o maior prazer em vê-la, Cherie, acompanhada da filha, sempre acompanhando o Domingos Sávio. Estou muito alegre em vê-la.

Exmo. Sr. Vereador Anderson Saleme, Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis. Obrigado pelas palavras carinhosas. O senhor trouxe aqui o recado da Câmara, dos Vereadores Municipais. Sejam bem-vindos aqui os Vereadores de Divinópolis. Eu acompanho, pelo “twitter” do Pastor Paulo César, as notícias de Divinópolis. Estou ligado.

Saúdo o ex-Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nosso companheiro Deputado Doutor Viana, a Deputada Luzia Ferreira, coautora do requerimento que deu origem a esta homenagem. Parabéns à Deputada, por homenagear essa cidade tão importante de Minas Gerais e do Brasil. Saúdo o Deputado Fabiano Tolentino, essa jovem liderança que vocês enviaram para a Assembleia Legislativa, também coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem,

Estou aqui responsável por trazer a manifestação do Presidente da Assembleia Legislativa, e passo a fazê-la em nome da Assembleia. Sei que repetirei algumas coisas, mas é importante que fique registrado nos anais da Assembleia Legislativa essa homenagem que o povo de Minas Gerais realiza pela nossa querida Divinópolis.

Divinópolis, a “princesa altaneira” do Centro-Oeste de Minas, completa 100 anos, confirmando sua vocação para o trabalho e para o progresso. É, portanto, com grande satisfação que participo desta reunião especial, convocada em atendimento ao pedido da Deputada Luzia Ferreira e do Deputado Fabiano Tolentino, em homenagem ao aniversário desse importante centro regional. Cantada como a “cidade oficina” em seu hino, composto em 1962, Divinópolis conserva hoje o pendor para os negócios, que já foi destacado por



instituições de renome, como a Fundação João Pinheiro, que a incluiu na lista dos melhores Municípios mineiros para investimentos, e a revista Exame, que a considerou uma das cem melhores cidades do Brasil para trabalhar.

Não é brincadeira, pois contamos com perto de 5.600 Municípios, e a nossa querida Divinópolis está inserida entre as 100 melhores cidades do nosso país. De fato, Divinópolis abriga importantes estabelecimentos industriais, principalmente nos ramos de metalurgia, siderurgia e confecção, dispõe de um comércio diversificado e de um setor de serviços em expansão. No entanto, quem visita Divinópolis - essa dinâmica cidade que, em 2007, era responsável por quase um quarto do PIB do Centro-Oeste mineiro - encontra ali, além das boas oportunidades de negócios, uma acolhida calorosa. É que a cidade, apesar de toda a modernidade, guarda a simplicidade e a atmosfera fraterna que herdou da antiga povoação do século dezoito que lhe deu origem.

Deputado Domingos Sávio, veja, por exemplo, este bilhete que recebi de um conterrâneo seu que diz que, dos últimos dez Prefeitos de Divinópolis, Domingos é o único cruzeirense. Muito bom, 9 a 1 para nós. Estamos descontando aqueles 6 a 1, quando perdemos. Quero aproveitar para avisar que está 1 a 0 para o galo.

O povoado, localizado na passagem da Itapecerica, ocupava posição estratégica na estrada real que fazia a ligação entre o sertão de Goiás e o Rio de Janeiro. Foi esse o local onde se estabeleceram os primeiros moradores, que fundaram uma capela dedicada a São Francisco de Paula e ao Divino Espírito Santo, iniciando a tradição de fé que marcaria toda a existência da localidade. Mais tarde, a própria povoação herdou o nome da capelinha: foi batizada Espírito Santo do Itapecerica e, depois, apenas Distrito do Espírito Santo. Quero fazer um comentário sobre essa religiosidade de Divinópolis. Enfrentamos um tempo de grande ataque à religiosidade das pessoas. Alguns gostam de dizer que o Estado é laico. Realmente é laico, mas as pessoas são religiosas, e essa religiosidade tem que ser respeitada. Temos uma Bíblia no Salão Vermelho e fico pensando quem a colocou ali. Pertence a quem? Recentemente houve toda uma cruzada para retirar os símbolos religiosos das instituições públicas. Fico vendo esse crucifixo em cima do nosso painel. Deve ter sido colocado por uma escada magirus. E queriam retirar todos os símbolos religiosos. Como retirar a religiosidade de Divinópolis, a religiosidade de Minas Gerais? Logo vão querer tirar o Cristo Redentor do Rio de Janeiro. Vamos pedir ao Domingos Sávio que cuide da religiosidade, porque não vamos abrir mão dela.

Ao longo do século dezenove - e aqui entro num tempo que muito me interessa - o arraial manteve sua rotina simples e pacata. Foi, entretanto, despertada para uma vida econômica e social mais vigorosa com a chegada da ferrovia, em 1890. Não é mera coincidência ter o Município recebido, no momento de sua emancipação, o nome de Henrique Galvão, que designava a estação ferroviária ali edificada poucos anos antes. Lembro-me da minha infância, quando tomávamos o trem na estação e íamos até Azurita. Lá em Azurita comíamos um biscoito de queijo e fazíamos uma baldeação. Eu perguntava ao meu pai para onde o trem ia. Ele dizia que o trem iria para Divinópolis. Nós pegávamos o outro ramal para Pará de Minas e Pitangui. Antes de Pitangui, tinha Guarda, Brumando, e chegava à estação onde o meu avô era do telégrafo, Estação de Velho da Taipa, que está lá até hoje. Eu visitava os meus tios.

Meu tio Astrogildo Leite era chefe da estação de Álvaro da Silveira. Então a minha infância foi visitando as estações e sonhando com o Rio Pará, o segundo rio mais importante da margem direita do Rio São Francisco. Lembro-me disso com muita emoção. O Domingos está lembrando que tem até hoje o boné do chefe da estação que dei a ele. Lembro-me de que, há alguns anos, na Primeira Igreja Batista de Divinópolis, encontrei um ferroviário, amigo e companheiro na ferrovia do meu avô João Leite. Eu sonhava ir a Divinópolis, e fui até lá para jogar futebol, muitos anos depois.

Só chega notícia boa: dois a zero para o Galo.

A antiga devoção não foi, todavia, esquecida. Em 1912, a vila ganhou a denominação que a acompanha até hoje. Em tributo ao Divino Espírito Santo, foi rebatizada Divinópolis. Desse momento até os nossos dias, Divinópolis foi crescendo e incorporando as inovações indispensáveis ao avanço econômico. Em 1915, a vila foi elevada à categoria de cidade. Naquela mesma década, foi inaugurada a primeira usina de geração de energia, e os moradores e os empreendedores passaram a ter luz elétrica. Em 1923, o Município recebeu acréscimos territoriais, ganhando seus limites definitivos. Em 1936, tornou-se sede de comarca. Em 1937, foi construída a primeira indústria têxtil e, pouco mais tarde, a primeira siderúrgica.

Escreveram aqui tudo para ser passado aos anais da Assembleia Legislativa. Alegro-me com a presença da nossa querida primeira dama, Janaina. Lembro-me ainda do time que enfrentávamos em Divinópolis, o Guarani, muito bom, formado pelo Hermes, Chocolate, Niltinho, Araújo, Lucinho, Jeremias e Carlos Roberto. Às vezes, entrava o Felpa, meu companheiro no juvenil do Atlético. Já me disseram que ele ainda está por lá. No ataque, Catatau, Juca Bala e Prego, um ataque perigoso do nosso Guarani, de Divinópolis. Ele não foi lembrado, mas estou me lembrando desse ataque perigoso. O tal de Prego dava um trabalho. Não me esqueço de que, anos depois, o Catatau foi contratado pelo Atlético, e fomos jogar o Torneio de Paris, no Estádio Parque dos Príncipes, onde foram anunciados os nomes de cada jogador. Lá pelas tantas, disseram o nome do Catatau. Vocês sabem o nome dele? Vivaldo Maria de Souza. Então, os alto-falantes do Estádio Parque dos Príncipes anunciou o número 7 do Atlético: "Vivaldô Catatô".

A maior complexidade na vida urbana não podia deixar de estar associada a investimentos nos transportes. Foram erguidas pontes sobre os Rios Pará e Itapecerica, facilitando o trânsito de pessoas e mercadorias. A cidade recebeu linhas regulares de transportes de passageiros, que facilitaram a ligação com outros Municípios da região e com a Capital. Em 1947, passou a dispor também de um aeroporto. O crescimento populacional e econômico foi acompanhado de condizente enriquecimento da vida intelectual. Seu histórico comprometimento com a educação lhe rende frutos até hoje. Divinópolis, conhecida nacionalmente pela qualidade de ensino e elevada taxa de alfabetização, abriga respeitados estabelecimentos educacionais de nível médio e superior. Um bom exemplo é a unidade local do Cefet-MG que conquistou a oitava posição no "ranking" das melhores escolas públicas do Estado, em julho de 2010.

A combinação de resultados econômicos favoráveis, educação de qualidade e bons indicadores sociais levou Divinópolis à respeitável posição de quinto Município do Estado com maior Índice de Desenvolvimento Humano. Sabemos que todos esses atributos não significam que Divinópolis, como qualquer comunidade dinâmica, não tenha desafios a enfrentar no futuro. No entanto, sabemos sobretudo que a cidade-esperança saberá enfrentar os desafios que virão com a mesma coragem, a mesma fé e o mesmo trabalho com que tem superado todas as adversidades que surgiram em seu caminho nos últimos 100 anos.



Convicto do promissor futuro reservado a essa cidade, transmito as saudações do Legislativo Mineiro ao povo de Divinópolis. Cumprimento ainda o jovem Prefeito Vladimir de Faria Azevedo, de tradicional família divinopolitana; o Vice-Prefeito Francisco Martins, cuja história pessoal e profissional está intimamente ligada ao desenvolvimento de Divinópolis; e o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Anderson Saleme, advogado e economista que usa as suas habilidades em favor do povo que o elegeu.

Parabéns, Divinópolis, pelos seus 100 anos! Que a luz de sua liderança regional continue brilhando com a intensidade de sempre no mapa de Minas Gerais! Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 8, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 8/5/2012). Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/5/2012

Presidência dos Deputados José Henrique e Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questões de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questões de ordem - Discussão e Votação de Indicações: Requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; questão de ordem - Indicação nº 57/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Iter; discurso do Deputado Rogério Correia; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; renovação da votação secreta; aprovação - Registro de presença - Indicação nº 58/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da Arsae/MG; discursos dos Deputados Rogério Correia e André Quintão; votação secreta; aprovação - Indicação nº 59/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ilmar Bastos para o cargo de Presidente da Feam; votação secreta; aprovação - Indicação nº 54/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Paulo José de Araújo para compor o Conselho Estadual de Educação; discurso do Deputado Rogério Correia; votação secreta; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para votação; renovação da votação secreta; aprovação - Indicação nº 45/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Edmar Fernando de Alcântara para compor o Conselho Estadual de Educação; discurso da Deputada Maria Tereza Lara; votação secreta; aprovação - Indicação nº 46/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Carlos Antônio Bregunci para compor o Conselho Estadual de Educação; votação secreta; aprovação - Indicação nº 48/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Januzzi de Souza Reis para compor o Conselho Estadual de Educação; votação secreta; aprovação - Indicação nº 49/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Aurélio Sávio de Mendonça Terra para compor o Conselho Estadual de Educação; votação secreta; aprovação - Indicação nº 50/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação; votação secreta; aprovação; declaração de voto - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Délio Malheiros - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pínduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Fábio Cherem, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Em discussão, a ata. Não havendo quem sobre ela se manifeste, dou-a por aprovada.

Questões de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. e lhe desejo um bom-dia, assim como desejo um bom dia a todos os colegas Deputados. Eu não poderia, Sr. Presidente, deixar de abordar um assunto que tem mobilizado vários Deputados desta Casa, principalmente este: tentar convencer os colegas Deputados a assinar comigo um requerimento para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito, o qual se encontra na Mesa desta Casa. Gostaria de alertar V. Exa. que o jornal “Estado de Minas” de hoje, na p. 3 do caderno “Política”, no canto direito, há uma matéria com o seguinte teor: “Máquinas de jogo. Escutas da Polícia Federal revelam que o bicheiro Carlos Cachoeira tinha máquinas e casas de jogos não só em Goiás e Brasília, mas também nas cidades de



Paracatu, Uberlândia, Uberaba e Araxá. Diálogos de integrantes da organização criminosa comandada pelo contraventor mostram conversas a respeito de envio de máquinas de jogos para essas cidades e também discussões a respeito de acertos financeiros ligados à jogatina nesses Municípios”. Com essa revelação, Sr. Presidente, a necessidade da CPI para a qual estamos tentando colher assinaturas dos Deputados revela agora, mais do que nunca, que devemos, sim, constituir a CPI dos caça-níqueis, porque envolve não só o contraventor Frederico Marcio Arbex, o Carlinhos Cachoeira de Minas Gerais, como disse aqui o colega Deputado Durval Ângelo, mas também o próprio Carlinhos Cachoeira, Deputado Rômulo. A matéria do jornal “Estado de Minas” fala exatamente sobre as máfias dos caça-níqueis em Uberaba, Araxá, Paracatu e Uberlândia. Portanto, Sr. Presidente, temos mostrado aos colegas Deputados que a máfia dos caça-níqueis tem corrompido, de forma escandalosa, policiais civis, militares, Juiz e agentes públicos no Município de Juiz de Fora. Além disso, vários aqui também devem ter assistido ao vídeo da TV Record. Agora, temos certeza de que o Sr. Carlinhos Cachoeira está operando no Estado de Minas Gerais. Então, agora, mais do que nunca, é necessário instalarmos uma comissão parlamentar de inquérito para apurar a máfia dos caça-níqueis no Estado de Minas Gerais. É preciso que os colegas Deputados se conscientizem de que é nosso dever e dever desta Casa combater a corrupção, seja no meio policial, seja em qualquer parte do setor público. Assim, Sr. Presidente, quero deixar registrado nos anais desta Casa que temos convicção de que os braços do famoso contraventor Carlos Augusto, o Carlinhos Cachoeira, também estão em Minas Gerais. Essa é mais do que uma prova concreta do que dizemos quando propusemos a instalação dessa CPI. Lembramos aos Deputados desta Casa que, hoje, há 25 assinaturas para a instalação da CPI, e é necessária apenas a assinatura de mais um único. Não é possível que, desde 2005, esta Casa não tenha nenhuma CPI. Se perdurar essa lógica de que aqui não se pode abrir CPI, certamente teremos de repensar a Constituição do Estado, teremos de repensar como vamos fazer para que CPIs possam realmente funcionar. Ou então deixamos explícito no texto constitucional que, para se instalar uma CPI, é preciso haver a autorização expressa e prevista no art. 90 da autoridade competente, que todos sabem quem é, ou seja, o Chefe do Poder Executivo Estadual. Não é possível que esta Casa assista passivamente a tantas matérias publicadas sobre o envolvimento do Carlinhos Cachoeira com o contraventor Frederico Marcio Arbex, que domina e corrompe todos em Juiz de Fora, sem que possamos instalar uma CPI. Sr. Presidente, finalizando as minhas palavras e agradecendo a V. Exa. a atenção, precisamos apenas de uma assinatura para que a nossa CPI possa ser devidamente instalada pelo Presidente desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, faço esta questão de ordem para solicitar o apoio dos nobres Deputados para realizarmos uma audiência pública. Já apresentei o requerimento à Comissão de Administração, mas julgo que é de interesse de toda a Casa, de toda a Assembleia uma discussão, porque acho que o que foi assinado entre o governo e o Tribunal de Contas do Estado fere a Constituição Estadual e é um termo de desrespeito, aliás, a esta Casa Legislativa. Para V. Exa. ter uma ideia, o Governador Anastasia assinou com o Tribunal de Contas do Estado um termo de ajuste de gestão. Nesse termo de ajuste de gestão, reconhece-se que, tanto em saúde pública quanto em educação, o governo não vem aplicando o mínimo constitucional, como já dissemos aqui diversas vezes. Só que agora, com esse termo de gestão assinado entre eles, reconhece-se que não se aplica o mínimo constitucional em educação e em saúde, mas, ao mesmo tempo, já fica dito que não o fará em 2012 e 2013 e que, apenas em 2014, Minas Gerais agirá dentro da lei, de acordo com a Constituição. Esse absurdo termo de gestão assinado entre o Tribunal de Contas e o governo do Estado mostra que o Tribunal de Contas abre mão daquilo que tem de fazer, ou seja, fiscalizar as Prefeituras e o Estado. Aliás, ele fiscaliza as Prefeituras. Ai do Prefeito que não aplicar os 25% constitucionais na educação e os 12% na saúde! O Tribunal de Contas diz que o Estado não precisa fazê-lo, não o fez antes e terá de fazê-lo somente em 2014. Ora, o relator desse processo no Tribunal de Contas foi o Deputado Mauri Torres. Acho que, até hoje, ele está agindo como Líder do Governo. Agora, em vez de agir como Líder do Governo na Assembleia Legislativa, o meu amigo e companheiro Deputado Mauri Torres continua com essa função no Tribunal de Contas e, aí, assina um termo de gestão, que lá é aprovado. Conforme esse termo de gestão, em 2012 o Estado deve aplicar 9,68% na saúde, e não 12%, e 22,82% na educação, e não 25%; e, em 2013, deverá aplicar 10,84% na saúde e 23,91% na educação. Portanto, apenas em 2014 o governo cumprirá a Constituição do Estado. No caso da educação, desde 1988, não há dúvida sobre o que tem de ser aplicado. Além disso, não vale aplicar o dinheiro que é da previdência dos aposentados. O Tribunal de Contas reconhece, fiscaliza e vê que o Estado não aplica em educação e em saúde os índices constitucionais. Apesar disso, não faz nada e ainda corrobora essa situação, assinando um tal termo de ajuste de gestão que extrapola as funções desse termo de ajuste, porque fere a Constituição. Sr. Presidente, estamos estudando algumas medidas. Em primeiro lugar, solicito a realização de uma audiência pública – e conto com o apoio desta Casa – para tomarmos conhecimento dos motivos que estão causando essa situação, ou seja, se o Estado está quebrado, se faliram o Estado de Minas Gerais. Não se pode descontar isso na saúde e na educação, que são serviços públicos essenciais. Em segundo lugar, estamos estudando medidas para entrar na Justiça, por meio do Tribunal, com uma ação direta de inconstitucionalidade contra esse termo de ajuste de gestão. E, finalmente, vamos ao Ministério Público, para que tome as suas iniciativas quanto aos índices aplicados na educação e na saúde. Pelo que foi publicado ontem no jornal “O Tempo” - e que causou grande repercussão -, o Ministério Público está atento a essa questão por meio do Dr. Eduardo Nepomuceno e do Dr. João Medeiros. Então, pretendemos reforçar junto ao Ministério Público a necessidade de agir contra esse absurdo termo de gestão. Com isso, o Estado investe menos em saúde e educação, dá piores condições de trabalho a professores e prejudica também os estudantes. Além disso, os pacientes de hospitais públicos do Estado não terão melhor atendimento. Sr. Presidente, eram essas as questões de ordem que gostaria de levantar. Peço o apoio de V. Exa. para que possamos realizar um debate real nesta Casa sobre essas questões. Obrigado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a apreciação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, quero recordar as palavras do nosso Mestre Jesus. Para quem gosta de estudar - sou formado em história -, um dos meus professores na faculdade disse que o primeiro livro que o estudante de história deve ler é a bíblia. No cap. XXIII do Evangelho de Mateus, Jesus disse que os fariseus eram interessantes: coavam um mosquito e engoliam um camelo.



Ora, Sr. Presidente, o governo federal não investe constitucionalmente, não deseja investir nem um centavo na saúde, mas os representantes desse próprio governo federal exigem, aos brados, que Estados e Municípios cumpram a Constituição. Os representantes do governo federal não cobram do governo federal. Esse governo federal, que deveria aplicar 10% na saúde do povo brasileiro, fica cobrando dos Municípios e dos Estados. Ele deveria investir em educação, mas não investe, mesmo assim fica cobrando dos Estados e Municípios. Ora, o povo brasileiro se unirá, líder Bonifácio Mourão, para colher 1.500.000 assinaturas para o governo federal investir em saúde. Isso não é coar um mosquito e engolir um camelo? Já pensaram? São 10% do governo federal! Só no primeiro trimestre, em Minas Gerais, o governo federal arrecadou perto de R\$10.000.000.000,00. Quanto volta para o Estado? Sr. Presidente, eles estão engolindo um camelo e coando um mosquitinho; logo eles que, quando governaram Minas Gerais, também fizeram uma consulta ao Tribunal de Contas para saber se poderiam contar o dinheiro da Copasa como aplicação na saúde, e ele respondeu que sim, que pode ser contado. Então, por quatro anos, eles contaram o dinheiro da Copasa como aplicação em saúde. Aliás, é normal consultar o Tribunal de Contas sobre diversas matérias. No entanto, agora eles vêm aqui, preocupados em coar um mosquitinho, enquanto engolem um camelo com tudo. Sr. Presidente, é normal as Prefeituras, as organizações fazerem consultas ao Tribunal de Contas. Sei que, às vezes, dói um governo aprovado, um governo com uma base de sustentação, um governo com 75% de aprovação. Esses são os números do mais eficiente Governador, de um professor da UFMG que é especialista nessa matéria, direito público. Pode ser até que o Prof. Anastasia erre em alguma matéria, mas nessa ele é catedrático, ele é mestre. Que venham os arguidores, o Ministério Público, todos. Quero resgatar os anais desta Assembleia Legislativa, que mostrarão que esses que engolem camelo e coam mosquitos defendiam, aos brados, que o dinheiro da Copasa deveria ser utilizado em saúde. Sr. Presidente, o povo de Minas Gerais é sábio, conhece e, por isso, elegeu o mais eficiente em 1º turno e mandou para Brasília o Senador Aécio Neves, o mais querido, com uma votação histórica para o Senado: ele obteve a aprovação de 94%. Lembrando o nosso mestre Jesus, que muito nos ajuda nesses momentos, eram assim os escribas, os fariseus, os mestres da lei, os entendidos em toda matéria: coavam o mosquito e engoliam um camelo. Muito obrigado.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, apenas endosso e acrescento às palavras do Deputado João Leite uma vertente que o Deputado, mesmo com o seu conhecimento e a sua forma clara e objetiva de colocar sua linha de pensamento, não valorizou. Digo isso porque, ao sentirem que o erro está sendo cometido, que o povo brasileiro tem reclamado da saúde, aqueles que pertencem e defendem o governo federal tiram a responsabilidade de si e acham alguém para poder culpar. Estamos vendo a busca de assinaturas para que possamos solicitar ao governo federal que tenha piedade e, mais que isso, tenha consideração com o povo brasileiro e invista o que estipula a lei, ou seja, os 10% que ele tem de gastar. Vejo os Deputados da Oposição virem aqui, impedirem o cumprimento da lei, exigirem que o Estado e os Municípios façam mais do que estão fazendo e não assumirem a sua responsabilidade, a sua culpa, o seu erro, o seu ônus. É muito fácil empurrar a própria responsabilidade, achar outros culpados, querer nominar os que estão sofrendo com a falta de recursos e, ainda por cima, dizer que o erro é do Município ou do Estado. O debate, quando ocorre, tem de ser o mais sincero e franco possível. Cada um deve assumir a sua responsabilidade. Se os governos federal, estadual e municipais assumirem a sua responsabilidade, vamos dar à população mais segurança. Presidente, sem dúvida alguma, a saúde é a maior riqueza de um povo. Não adianta a pessoa querer ir à escola se não tiver condição; ter trabalho, mas não ter onde buscar saúde. A saúde é a nossa mola mestra, que dá condição às pessoas de ir ao trabalho ou à escola e de conviver harmonicamente. Sem saúde, não vamos a lugar nenhum. Deputado João Leite, a Oposição deveria colocar a mão na consciência e dizer “minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa”, ou seja, assumir a própria culpa. Só assim vamos buscar os caminhos para achar o que está errado. O Brasil está empobrecendo em relação à saúde. Há nesta Casa um Deputado que é referência em saúde, o Deputado Mosconi. Ele, assim como outros em Brasília, foi autor da Emenda à Constituição nº 29, que dispõe que os Poderes Executivos da União, dos Estados e dos Municípios devem arcar com a sua responsabilidade. O Estado está sendo responsável, com 12%; os Municípios, mais do que responsáveis, estão sacrificados com 15%, no mínimo; e a União fica passeando pelos Estados, sem colocar o seu dinheiro, deixando prontos-socorros em dificuldade, hospitais fechando, o povo sem assistência. Quantas pessoas estão na fila, esperam a oportunidade de realizar uma cirurgia eletiva, obter medicamento, fazer um exame caro a que não têm acesso? E a União finge que está tudo bem, não enxerga nada. A responsabilidade é do Prefeito, do Governador, e a União não coloca a sua fatia de responsabilidade. Quando alguém quer eximir-se da sua responsabilidade, não deve jogar o que é de sua competência para outro fazer. O que vi nesta Casa hoje foi justamente isso, caro Presidente: alguém ou alguns que querem se eximir de sua responsabilidade buscando sacrificar o Estado e os Municípios, dando-lhes mais trabalho. Enquanto isso, o governo federal continua gastando mal, jogando dinheiro fora, deixando a corrupção se alastrar de forma violenta. Sr. Presidente, tomara que não vejamos isso continuar, senão vamos ver dinheiro jogado fora, pessoas perdendo a vida e o governo se eximindo da sua responsabilidade, sacrificando o Estado e os Municípios. É hora de o amadurecimento chegar. A saúde é direito de todos. Se cada um assumir a sua parcela de responsabilidade, os brasileiros terão cada vez mais saúde e felicidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que as Indicações nºs 57, 58, 59 e 54/2012 sejam apreciadas, em primeiro lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Verificação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 34 Deputados, que, somados à presença dos Deputados Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz e Rogério Correia, da Deputada Maria Tereza Lara e à desta Presidência, perfazem o total de 39 parlamentares presentes. Está, portanto, ratificada a aprovação do requerimento.

Questão de Ordem

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, quero voltar ao assunto dos termos de ajustamento de gestão. Não se trata aqui de discutir a responsabilidade de um governo ou de outro: é necessário colocarmos as coisas nos devidos termos. Foi feito um termo de ajustamento de gestão, instrumento novo aprovado por esta Casa, para permitir ao Estado de Minas Gerais que descumpra o mínimo constitucional estabelecido tanto para a saúde, a tal Emenda nº 29, quanto - pasme, Sr. Presidente - o mínimo constitucional para a educação. É preciso que se registre que o mínimo constitucional para a educação está em vigor há décadas. Minas Gerais foi precursora desse mínimo em uma emenda à Constituição de autoria do meu pai. Antes de a Constituição Federal trazer o mínimo pela Emenda Calmon, Minas Gerais já havia criado esse mínimo. Portanto, são décadas. Não há que se falar em necessidade de ajuste. Insisto que, há décadas, sabe-se da necessidade constitucional de no mínimo 25% de investimento em educação. Agora se estabelece um termo de ajustamento de gestão – TAG –, como se não existisse mandamento constitucional para dizer que está permitido, pelo Tribunal de Contas do Estado – como se ele pudesse fazê-lo –, descumprir a Constituição. A Constituição do Estado tem a sua vigência suspensa pelo Tribunal de Contas; não será exigido o seu cumprimento, pelo menos, nos próximos dois anos. O estado de exceção em que mergulhou Minas Gerais vai se aprofundando cada vez mais. E quando se vem aqui falar sobre temas graves, busca-se jogar a questão para a União. Nós somos Deputados Estaduais e todos concordamos com a necessidade de a União investir em saúde. Mas, Sr. Presidente, estamos falando da necessidade de criar um mandamento constitucional em relação à União, e vamos fechar os olhos para o Estado descumprir um mandamento constitucional que já existe, com a convicção do Tribunal de Contas? E o Ministério Público não fará nada? E o Judiciário não fará nada? E esta Casa, novamente, não fará nada? Ficaré de joelhos mais uma vez? E o Ministério Público, Dr. “Aeceu”? Tudo está parado em Minas Gerais; exceção completa; aqui não existe lei, não existe Constituição. Minas quebrou com o choque de gestão, e agora precisamos reemendar até os mandamentos constitucionais para fechar as contas do Estado mais endividado do Brasil, porque só tem dinheiro para fazer propaganda da campanha de Aécio Neves. E agora joga-se tudo nas costas do governo federal, e vamos dele cobrar até um dispositivo constitucional que ainda não existe. Concordamos em exigir que o governo federal invista mais na educação e na saúde, mas fecharemos os olhos ao descumprimento constitucional do que existe porque tem de sobrar dinheiro para a campanha do Aécio? E a propaganda tem de ser feita? E agora vêm falar da corrupção. O nosso governo manda retirar assinaturas porque não pode investigar a corrupção do Cachoeira em Minas, e for colocado o Secretário de Governo para ligar para os Deputados a fim de obter o seu intento e inviabilizar a CPI. Como esse governo pode ter autoridade para falar em corrupção? Esse governo que não cumpre a Constituição... Esse governo que não deixa CPI... Governo Aécio, Anastasia, 1/6 das CPIs do governo militar... A CPI deixou de existir em Minas Gerais, Sr. Presidente. Portanto, é fundamental que os poderes, em Minas Gerais, voltem novamente a exercer as suas prerrogativas. E, quem dera, Sr. Presidente, que o façam. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Indicação nº 57/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, trata-se da indicação do Sr. Márcio Eli de Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Iter-MG. Tive a oportunidade de participar da Comissão que fez a sua sabatina, votei favorável à sua indicação, e o farei novamente no sentido de dar condições ao Instituto de Terras de cumprir a sua função. É o que esperamos do Dr. Márcio Eli, desejando-lhe felicidades na condução de seu trabalho. O Instituto de Terras é um órgão importante. Seu funcionamento foi aprovado nesta Casa, no governo Itamar Franco, com um esforço muito grande do ex-Deputado Marcos Helênio, que foi o primeiro Diretor do Instituto. A partir do governo Itamar Franco, começou a haver uma preocupação com a questão da terra no Estado de Minas Gerais. Até então, não existia nenhum órgão que tratasse do assunto. De lá para cá, embora o Iter tenha progredido bastante, há muitas questões prementes e precisando de um avanço maior.

Durante a sabatina, fiz uma análise da questão da terra no Estado de Minas Gerais, e o problema é grave aqui. Por má gestão do governo, pelo chamado choque de gestão, Minas vem acumulando títulos de campeã de coisas que não nos agradam. No caso da terra, é assim também. O crédito fundiário é um dos principais programas do Instituto de Terras. É um programa do governo federal e, portanto, está presente em todos os Estados do País. O governo, através dos bancos, em especial do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil e agora também da Caixa Econômica, subsidia a compra de terra. O pequeno produtor que tem interesse compra a terra por meio do subsídio do banco e vai pagar com juros baixíssimos, num tempo muito longo, com abatimento; é um grande negócio do ponto de vista de contribuir com a reforma agrária. E o proprietário que quer vender o faz pelo preço de mercado. Então, o programa é complementar à reforma agrária. Não concorre com ela, porque envolve extensões de terra menores e não passíveis de reforma agrária.

O problema é que o programa não funciona em Minas Gerais. Não existe contrapartida e organização do Estado para fazê-lo funcionar. Quando Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tive que suar muito para que alguns desses programas fossem implementados, exatamente porque não encontrávamos condições favoráveis no Estado. E hoje a situação piorou com a crise do Iter e depois da saída do Manoel Costa da Secretaria, em razão de denúncias e de todo aquele problema que V. Exas. acompanharam - não quero discutir o assunto aqui. O fato é que, depois disso, a gestão no Instituto de Terras piorou ainda mais. Sendo assim, um programa que é fantástico está completamente paralisado. Existe uma fila de mais ou menos 1.500 famílias reivindicando compra de terra, o recurso está no Banco do Nordeste, no Banco do Brasil ou na Caixa, mas o governo de Minas não consegue capacitar o Instituto de Terras – e é com ele que o governo federal faz a parceria - para que o programa seja implementado.

Eu disse ao indicado Márcio Eli, cujo nome será aprovado hoje, para ter um carinho especial com a matéria. O Deputado que agora está na Secretaria de Reordenamento Agrário sabe do problema, é muito competente e demonstrou isso na Secretaria de Desenvolvimento Social. Esperamos que haja uma melhoria no programa, já que, por enquanto, o que vemos é o não funcionamento, a gestão ruim do Estado de Minas Gerais também no tocante ao Instituto de Terras e da reforma agrária.

Esse programa está paralisado, Sr. Presidente, mas existem outros projetos paralisados no Iter, como a própria reforma agrária através das terras devolutas. É claro, a reforma agrária cabe ao Incra, como órgão nacional, mas o Estado pode e deve ajudar através das terras devolutas. Não é o caso aqui. O Instituto de Terras não faz um levantamento das terras devolutas para capacitar a reforma agrária no Estado. O que vemos é uma inoperância do governo de Minas em relação ao pequeno produtor, ao agricultor familiar, à reforma agrária e aos assentados. Não há política pública para isso. Quero fazer uma ressalva em relação à Subsecretaria de Agricultura Familiar, recém-criada por lei delegada, que, por meio do Subsecretário Gadelha, procura estabelecer um funcionamento adequado, mas ele também não dispõe de recursos. Eu já disse da tribuna que o recurso que existe na Secretaria decorreu de emenda que eu e o Deputado André Quintão apresentamos. É a Oposição tentando fazer funcionar alguma coisa para a agricultura familiar em Minas. Aqui, infelizmente, o governo só tem olhos para o latifúndio e para as grandes empresas agrícolas. O pequeno produtor fica relegado a segundo plano, diferentemente do que faz o governo federal.

Já que um Deputado gosta de fazer comparação, posso dizer que há um Ministério específico para o pequeno produtor, que é o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que possui várias políticas públicas que não são aplicadas em Minas, porque aqui não funciona a Secretaria do Instituto de Terras. Por isso, achamos que o nosso indicado, Márcio Eli, juntamente ao nosso Secretário, terá muito trabalho pela frente. Desejamos-lhe muitas felicidades. Estamos tentando ajudar e já solicitei ao Presidente da Casa e ao Presidente da Comissão de Política Agropecuária que façamos um grande seminário sobre terras, reforma agrária e agricultura familiar, para vermos se existe um norte para que o governo acompanhe o encaminhamento dessas questões. Mas aqui também a gestão é muito ruim; o governo não olha para os pequenos produtores de Minas Gerais, assim como não olha para a educação e para a saúde.

Concluindo, quero reforçar o que disse o Deputado Sávio Souza Cruz: ainda encontramos Deputados que fazem essa defesa. Fico bobo ao ver Deputados defendendo e dizendo que a verba para saúde e para educação, em Minas, pode ser inferior à Constituição. E ainda defendem do ponto de vista jurídico e falam da Bíblia, para se justificarem. Não sei onde Jesus Cristo entra nisso, mas justificam citando a Bíblia, dizendo que pode o Estado de Minas Gerais investir menos em educação e em saúde e colocando a culpa na Bíblia, no Nosso Senhor Jesus Cristo. Já que não podem culpar a Dilma, culpam a Bíblia. Vamos ver se a Bíblia Sagrada perdoa o Prof. Anastasia e o termo de ajuste de gestão, completamente estapafúrdio, que permite que sejam colocados menos recursos em educação e em saúde. Isso é um absurdo. Acho que o Prof. Anastasia terá que engolir uma ação direta de inconstitucionalidade e vai perder, porque a Constituição é muito clara, principalmente agora que a Emenda nº 29 foi regulamentada. Não há mais desculpas.

Isso não significa que não somos a favor de o governo federal aplicar mais recursos, mas burlar a Constituição, porque o governo federal não aplica mais recursos. Nunca vi um argumento desses. É muita boa vontade com o governo do Estado e má vontade com a educação e com a saúde. Não pode o governo, simplesmente, assinar um termo de gestão que permite que não se cumpra a emenda constitucional na educação e na saúde e que não a cumprirá. E o Tribunal de Contas atesta isso. O Mauri Torres é muito amigo meu, mas ainda está lá como Líder do Governo. Ele não esqueceu a função que tinha aqui; assinou um termo, como relator, permitindo ao governo que invista menos do que manda a Constituição. E o Tribunal de Contas fez isso. Vejam se o Tribunal de Contas vai fazer isso com algum Prefeito! Prefeito pode chegar ao Tribunal e dizer que não vai investir 25% em educação nem 15% em saúde. Vejam se algum vai conseguir!

O Tribunal de Contas deu um atestado de dependência completa do governo; mostrou que é um Tribunal de Contas tucano, e não um Tribunal do Estado; é um Tribunal partidarizado. Agora vai haver eleição para Conselheiro do Tribunal de Contas, para fazer o papel do governo. Vão colocar mais um para dizer amém ao governo e para aprovar a permissão para o governo investir menos em educação e em saúde. O Tribunal de Contas vem com um termo de gestão que fere a Constituição e ainda vem Deputado defender que é bom para Minas Gerais investir menos em educação e em saúde. Onde estamos?

Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente à indicação do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro, mas quero mostrar que o governo precisa ter mais cuidado com as questões da terra, com as questões de segurança, com as questões de educação e com as questões de saúde. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, combinado com os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Proceder-se à votação secreta por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 38 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Doutor Viana) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Secretário - Responderam à chamada 42 Deputados, número suficiente para votação. A Presidência vai renovar a votação da indicação. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia



Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 41 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 57/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do 6º ano do Projeto Associação Atlética do Banco do Brasil - AABB - de Conselheiro Lafaiete. Muito obrigado. Estamos honrados com a presença de vocês nesta Casa.

Indicação nº 58/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, faço questão de encaminhar favoravelmente à indicação do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da autarquia especial Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae. Vou justificar meu encaminhamento favorável e gostaria de dizer o que esperamos da Arsae nesse período. Quero dizer aos nobres colegas Deputados e Deputadas, aos telespectadores da TV Assembleia e ao povo de Minas que nós, da Oposição, não estamos em período de obstrução. Vamos votar os requerimentos, mas é óbvio que nos damos também o direito de fazer o encaminhamento de questões que julgamos relevantes, e esse é o caso. No caso da Arsae, julgo ser fundamental discutirmos o preço da tarifa da Copasa aqui, em Minas Gerais, que é um dos mais caros do Brasil.

É impressionante, Deputada Liza Prado, como Minas Gerais vai adquirindo títulos ruins. A cada semana obtemos um título ruim. Há pouco tempo, já havíamos ganhado o título de uma das contas de água mais caras do País, fazendo parceria com a Cemig, uma das contas de luz mais caras do País. Aliás, por falar em Cemig, não sei se os Deputados e as Deputadas viram, mas a Cemig está entre as piores companhias do País em “ranking” de qualidade de serviço. Sei que o Deputado Sávio Souza Cruz viu, porque recebi uma mensagem dele pelo twitter. Não sei se alguém vai dizer que a culpa é da Dilma, pois, se o Estado adquire um título ruim, alguém vem e fala que a culpa é da Dilma. O povo não acha isso. Tanto é que a Dilma está subindo como um foguete nas pesquisas. Já passou de Plutão. Aqui, em Minas, a coisa não anda tão boa, porque o Prof. Anastasia está caindo nas pesquisas. Já está abaixo do nível da terra. O governo não publica mais pesquisas em Minas Gerais porque está em queda vertiginosa. Já se separou da Dilma em mais de 20%.

A Cemig está entre as piores do País em “ranking” de qualidade de serviço. A Light, administrada pela Cemig, vai mal também. É uma das piores do País. Temos aqui os dados do “site” da Aneel, para não dizerem que estamos inventando. Atenção, povo de Minas, a Cemig não é a melhor energia do Brasil. Anjo Gabriel, cuidado para não tomar choque! Não é a melhor energia do Brasil. A propaganda merece o título “Mentira” e o carimbo do Procon de “propaganda enganosa”. Está aqui no “site” da Aneel. Pela primeira vez a Aneel publica o “ranking” das distribuidoras de energia do País em relação à qualidade dos serviços. No período de janeiro a dezembro de 2011, todas as 63 distribuidoras foram avaliadas em dois grupos, 33 no mercado anual de energia com mais de 1 TWh, e 30 no mercado anual abaixo de 1 TWh. No mercado maior, as piores colocadas estão nas Regiões Sudeste, Norte e Nordeste. A concessionária Light, que presta o serviço na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ficou em 31º, seguida da Companhia Energética do Piauí – Cepisa -, 32º, e das Centrais Elétricas do Pará – Celpa -, 33º. A nossa Cemig ficou em 31º lugar, uma das piores do País. Esse foi o “ranking” de qualidade de serviço da Aneel. O Ceará ficou em 1º lugar.

Não venham me dizer que a culpa é da Dilma, porque o “ranking” é estadual, vai de 1 a 34. Em Minas, fomos o 31º colocado, e a Light veio depois. A propaganda da Cemig não condiz com a verdade. Ela é uma das piores no “ranking” de qualidade do serviço. O Deputado Alencar da Silveira Jr. está dizendo exatamente isso, e eu concordo com ele. Todos sabemos disso. O consumidor sabe disso.

A Deputada Liza Prado foi conosco ver o estado da fiação em Belo Horizonte, e, no interior, a situação não é diferente. É uma vergonha. Quando falamos sobre isso, ouvimos: “É coisa da Oposição. A Cemig está ótima”. O pior é que quando realizamos audiência pública para discutir a situação da Cemig, vai uma tropa de choque da Cemig e da Andrade Gutierrez para dizer que está tudo bem. Os dividendos da Cemig, 50%, vão para a Andrade Gutierrez. Dessa forma, não há como fazer investimento, porque é preciso pagar dividendo para a empreiteira que virou agência de energia elétrica. Esse acordo feito com a Andrade Gutierrez acabou direcionando os dividendos para esta empresa e para os sócios minoritários. Assim, não há nenhum investimento.

O que acontece quando venta? Cai o fio. Quando chove? Derrete o poste. E quando o cachorro faz xixi no poste? Acaba a luz. E assim vai a luz da Cemig, uma das piores no “ranking” de qualidade do serviço.

Justiça seja feita, essa figura do cachorro fazendo pipi no poste é de autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr. Foi ele quem captou esse problema dos postes da Cemig. Cachorro faz pipi, apaga a luz. Ventou, cai poste. Choveu, é outro problema. E assim vai a Cemig. Bandeira do Sul e serpentina. Tudo é culpa do mal tempo, ou, segundo alguns Deputados desta Casa, da Dilma. Quando é que a Cemig vai por a mão na consciência e encarar a realidade? Agora existe o “ranking” da Aneel. A Cemig deveria encarar a realidade. O Governador Anastasia deveria encarar a realidade ao invés de ficar acreditando ou tentando jogar a culpa para cima.

Imaginem se o Lula, quando assumiu a Presidência da República, ficasse jogando a culpa no FMI e dizendo que não poderia fazer nada. Já imaginaram se ele tivesse passado oito anos dizendo que o FMI leva o dinheiro do Brasil. Onde iríamos parar? O Brasil não ia funcionar. A dívida seria grande e o Lula continuaria reclamando do FMI. Mas o Lula colocou a casa em ordem, resolveu a questão da dívida e impulsionou o País para desenvolver, crescer e gerar emprego e renda. Somos um país em crescimento. Ninguém tem coragem de dizer o contrário, a não ser alguns Deputados nesta Casa, que parecem ter uma venda nos olhos e não enxergam que o Brasil está crescendo tanto. O que o Prof. Anastasia, nosso Governador, precisa fazer é tirar a venda dos olhos, começar a governar, e esquecer o projeto Aécio 2014. Não é hora de ficar discutindo eleições de 2014. O governo de Minas não pode transformar-se no comitê do Aécio Neves, e o Estado paralisar para desejar que tudo dê errado, para que o Aécio tenha uma bandeira política. Isso não pode acontecer. Minas Gerais não pode ser o comitê do Aécio Neves.



O Deputado Alencar da Silveira Jr., que tão bem fez aqui a figura de linguagem sobre o cachorro e o poste, na Cemig, deveria nos ajudar em relação a esse tema também; poderia falar com o Governador Anastasia, de quem é bem próximo. V. Exa. poderia nos ajudar dizendo-lhe: “Prof. Anastasia, governe. Esqueça o Aécio Neves e o projeto 2014 e governe. Coloque Minas Gerais para funcionar. A Cemig está no 'ranking' das piores; a Copasa está no 'ranking' das contas mais caras; a educação está falida; a segurança pública ganhou o 'ranking' de péssima qualidade em prestação de serviços em Minas Gerais por várias vezes; a saúde pública não consegue investir 12%; na educação, estão tirando dinheiro e pagando aposentados, contra o que diz a Constituição. E V. Exa., Governador, em vez de controlar o Tribunal de Contas, agora com o novo Líder do Governo Deputado Mauri Torres, deveria encarar a situação e aplicar mais recursos em saúde e em educação. É isso, Governador Anastasia. Não faça com que Minas Gerais seja cada vez pior para jogar a culpa na Dilma”. Essa política interessa ao Senador Aécio Neves, como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, pela sua obsessão pessoal em ser Presidente da República um dia. E, para isso, Minas Gerais pode ficar arrasada.

Sou favorável à aprovação do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da autarquia especial Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae -, mas que, pelo amor de Deus, tire de Minas Gerais esse título horroroso de campeão das contas de água altas no Brasil, e de águas ruins, como mostrou o Deputado André Quintão, que trouxe uma garrafa PET cheia de água com uma qualidade absurda, porque a Copanor não vai para a frente nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e no Norte de Minas. Nós nos lembramos da água que o Deputado André Quintão trouxe de lá como lembrança do serviço mal prestado. Infelizmente essa tem sido a realidade de Minas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência comunica ao Deputado Alencar da Silveira Jr. que, nos termos do inciso II do § 2º do art. 162 do Regimento Interno, no encaminhamento de votação, não é admitido aparte. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, também venho encaminhar essa indicação do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da Arsae. Neste encaminhamento, Sr. Presidente, quero falar da importância que a Arsae pode ter em questões cruciais para a vida do povo de Minas Gerais. Eu mesmo tenho recorrido por diversas vezes a esta agência para cobrar uma ação mais efetiva do Estado de Minas Gerais, principalmente no semiárido mineiro.

Neste final de semana, os órgãos de meteorologias já projetaram para este ano períodos de estiagem mais longos no semiárido de Minas Gerais. Mais uma vez a falta de água se avizinha e já é realidade em muitos Municípios do Estado. E esta Casa, que aprovou a constituição de uma subsidiária da Copasa, a Copanor, tem que, de fato, cobrar da agência reguladora uma ação mais efetiva quanto às atribuições e à missão da Copanor. Não vou aqui entrar em questões de competência, de empenho dos titulares e daquelas pessoas, principalmente dos servidores dedicados que integram a Copanor. Quem percorre o semiárido mineiro sabe do que estou falando. Muitas obras estão paralisadas, muitas ações não estão sendo realizadas. Há uma decisão interna na Copanor de não atender a comunidades com menos de 200 habitantes. Sinceramente, não consigo compreender isso. Em 2003 e 2004, o governo tinha o projeto de saneamento Vida no Vale. A gênese desse projeto previa uma subsidiária para cuidar de toda a política de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sem distinguir nenhum distrito por faixa populacional. No ano passado, fizemos um trabalho exaustivo - aliás, contamos com a ajuda de órgãos de imprensa deste Estado - para mostrar ao Governador e à população a realidade cruel daquela região. Tivemos a oportunidade de verificar, “in loco”, a dificuldade de se obter água para consumo humano em determinadas localidades. A resposta do governo veio por meio de um convênio com a Funasa, assinado no início deste ano, para cobertura de localidades que foram visitadas por esta Casa e por órgãos de imprensa deste Estado. Agora, aguardamos que os Municípios, junto à Sedru, efetivem esse convênio. É um passo importante, mas insuficiente do ponto de vista da cobertura.

Quando votamos a indicação de um Diretor, esperamos também que essa agência tenha para com a Assembleia uma relação de diálogo, de respeito e de cumprimento do seu papel. Hoje há um desencontro na gestão dos serviços de saneamento básico no semiárido mineiro. Em um mesmo Município, há ações desenvolvidas ainda pela Copasa, pela Copanor e pela Sedru. É comum, em uma comunidade de um Município pequeno, haver um poço artesiano que a Funasa ou o Denocs ou uma emenda parlamentar fez chegar, mas que não recebe manutenção de ninguém, porque a Copasa não atende e porque a Copanor só atende a Municípios com mais de 200 habitantes. A Sedru vai àquela comunidade com menos de 200 habitantes para suplantar a ausência da Copanor, mas esse trabalho de manutenção não lhe compete. A Sedru faz a obra e a encaminha, mas a manutenção deveria ser feita pela Copanor. Então, há um desencontro muito grande.

Já tive a oportunidade de discutir isso com o próprio Governador, mas talvez os Deputados da base tenham mais liberdade, porque é um problema de gestão. Espero que esse tema seja objeto de atuação da Arsae, porque, novamente, essas regiões ainda vão depender de caminhões-pipa. Com a estiagem prolongada, que já está ocorrendo naquela região, a solução será o caminhão-pipa. Caminhão-pipa é um paliativo necessário, melhor que nada, mas as Prefeituras enfrentam muita dificuldade, porque, em determinadas localidades, ele não chega. Eu e o Deputado Luiz Henrique visitamos uma comunidade em Virgem da Lapa onde a estrada é muito estreita e não passa caminhão. Lá as crianças vão buscar água remanescente, água podre, com lodo, suja, para tomar banho de madrugada e, logo cedo, ir para a escola em transporte escolar precário. Nesse final de semana, foi publicada mais uma matéria sobre crianças que têm de atravessar até rio para chegarem à escola.

Deputadas, Deputados, quero apontar esse problema. Existe um projeto estruturador que é importante e está sendo tocado pela Sedru, mas hoje há uma certa irracionalidade na gestão dos serviços de saneamento básico no semiárido mineiro. Todos os Deputados sabem do que estou falando, principalmente os que são votados nessas regiões. Não sei se é uma questão estrutural da Copanor, não sei se estão faltando recursos, não sei se o número de servidores é insuficiente, mas as reclamações são muitas. Não vou mencionar caso a caso. Sempre que ligamos somos bem-atendidos - diga-se de passagem -, o Presidente nunca deixou de nos atender, mas percebemos que estão com pouca estrutura, pouca bala na agulha para colocar mais funcionários nas empreiteiras, a fim de que as obras seja feitas mais rapidamente, para expandir a cobertura do atendimento da Copanor. Esse assunto deveria ser objeto de uma preocupação maior do governo do Estado. Se, hoje, essa ação de política pública está fragmentada entre Copasa, Copanor, Sedru, e ainda com o apoio de órgãos federais como a Funasa, o Dnocs, além de outros, necessitaríamos de uma ação mais integrada. O Porta a



Porta, programa social do governo, apontou, nos questionários aplicados em milhares de famílias, que o maior problema do semiárido, Deputado Bonifácio Mourão, é a água, e não emprego ou renda. Existem outros, mas esse é o mais grave. Todos sabemos que água é fonte de vida, é alimentação.

Considero que a Arsae deveria ter um papel mais ativo nessa questão. Tivemos isso aqui na Assembleia, e com resultado. A Funasa e o governo do Estado assinaram esse convênio. Os lugares que visitamos serão atendidos; o local aonde a imprensa foi será atendido. E os locais que não foram visitados? Qual é o plano de expansão para comunidades com menos de 200 habitantes? Qual é a estratégia de integração desse serviço de saneamento? Coloco essa questão. Votaremos favoravelmente, mas cobrando da Arsae uma ação de fiscalização. Água é um direito fundamental. Se cidadãos de Minas Gerais não estão tendo acesso a água potável, água para consumo humano, cabe à agência reguladora tomar as devidas providências, porque é uma agência independente, uma agência de fiscalização.

Encaminho a votação favoravelmente, mas chamo a atenção do governo para isso. Talvez neste ano haja a maior seca naquela região, que, novamente, ficará refém de caminhões-pipa e da Defesa Civil. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados, e houve 1 voto em branco, perfazendo o total de 39 votos. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 58/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 59/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Ilmar Bastos para o Cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados; houve 1 voto em branco, perfazendo o total de de 39 votos. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 59/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 54/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Paulo José de Araújo para Compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trata-se agora de discutir a indicação do nome do Sr. Paulo José de Araújo para a função de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. Eu não poderia deixar de discutir essas questões relativas à educação, notadamente em relação à educação no ensino superior.

O Brasil avançou muito nas questões relativas ao ensino superior, especialmente após a entrada do Presidente Lula na Presidência da República. Avançou em termos de vaga nas escolas federais. Ampliamos muito não apenas as unidades das universidades federais, mas também o número de vagas nas escolas públicas. Agora obtivemos vitória importante no Supremo Tribunal Federal, com a derrota do DEM, que levantou hipótese no STF de não permissão de cotas raciais nas universidades públicas federais. Assistimos à derrota desse partido, ou seja, a derrota do conservadorismo. Avançamos agora, em termos de igualdade social no Brasil. É óbvio que, quando se fala em igualdade social, não se pode deixar de lembrar a igualdade racial. Não é à toa que os negros são os mais pobres no País. Devido à trajetória escravocrata brasileira, não tiveram condição de estudar, desde o término da escravidão e, evidentemente, durante a escravatura. Agora o Brasil procura sanar os problemas relativos à questão racial, à desigualdade social, que ainda é muito grande no País. Infelizmente o conservadorismo é tão grande, que um partido político vai ao STF, Deputada Maria Tereza Lara, para tentar impedir as cotas para os negros no País. Ainda bem que, por unanimidade, o Supremo deu vitória às cotas. Na porta da UFMG, assistimos, estarrecidos, a uma pichação racista, dizendo que a universidade ficará preta. Os negros são bem-vindos à universidade. Hoje, felizmente, no Brasil como um todo, as universidades estão mais coloridas, com pretos, brancos, índios e pobres. Agora as universidades federais estão ficando com a cara do País. Antigamente as universidades tinham a cara da elite, apenas brancos de olhos azuis, como disse o Presidente Lula. Agora as universidades refletem o nosso Brasil, o que é muito bom, tanto as públicas como as particulares, a partir do ProUni. Hoje, qualquer cidadão brasileiro que queira estudar tem condição de fazer a prova do Enem e concorrer a uma vaga nas universidades do País. Isso tem feito com que, não apenas nas Capitais, mas também no interior afora - o



Deputado Neilando Pimenta é “expert” no assunto e o conhece bem –, tenha avançado a política do ProUni, a política das cotas, a integração dos mais pobres na vida estudantil brasileira, especialmente no ensino superior.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de fazer essa ressalva. O Brasil avança nas suas escolas de nível superior, mas pouco tem sido feito em Minas Gerais. Por isso quero fazer um encaminhamento ao Sr. Paulo Sérgio Araújo, que será um dos Conselheiros da Câmara de Ensino Superior, para que nos ajude em relação a essa questão. Não há política de ensino superior na Universidade Estadual de Minas Gerais – Uemg - condizente com as necessidades do Estado. São muitas as reclamações em relação à Uemg. Evidentemente, começam pelos recursos, que são poucos. Como sempre, Deputados desta Casa vão dizer que isso é exclusivo do governo federal, que essa responsabilidade não cabe ao governo do Estado. Não é bem assim. Existem recursos, vagas e políticas públicas para universidades estaduais - como a USP, a Uerj e a Uneb -, e elas fazem parceria com o governo federal. Se hoje há recursos para o ProUni, o governo do Estado teria de ter uma política mais agressiva em relação ao ensino superior em Minas, do ponto de vista de vaga, de crescimento da Uemg, mas não há isso. Aqui também está parado. O choque de gestão em Minas foi neoliberal. Isso explica por que o Estado está sempre atrasado em relação às políticas públicas. A visão do governo é sonhar com as parcerias público-privadas, até na área da educação. Pensa que apenas a gestão do setor privado é suficiente, mas não o é, para fazer com que a educação pública, até no 3º grau, seja mais satisfatória em Minas. Mas se o próprio Estado, se a Secretaria de Educação, se o Governador do Estado não dita as normas, se o Estado não regulamenta, não coloca em ação uma política para as universidades estaduais, o mercado não suprirá essas questões. Esse discurso já era. Está atrasado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. não gosta que fale, mas foram oito anos de legado do governo Aécio Neves, do chamado choque de gestão, que o governo Anastasia acompanhou, e que hoje está falido. Por isso a Cemig está em 31º no “ranking” das piores. A conta da Copasa é das mais caras. No aspecto da educação de nível superior, a Uemg praticamente inexistente. Se for comparada com as universidades estaduais, também deve ser das últimas colocadas. Então, observamos que o Estado de Minas Gerais não se preparou para esse novo momento, para ter uma gestão democrático-popular, uma gestão do Estado. Aqui se apostou no neoliberalismo. Esse foi o mal do governo Aécio Neves. Agora o Governador Anastasia sofre com o veneno de Aécio Neves e dele próprio, que foi cúmplice, vamos dizer assim, do chamado choque de gestão.

Mas hoje, Sr. Presidente, está claro que o tema que estamos discutindo aqui agora é o choque de gestão na educação. Citei o ensino superior, a falência da Uemg, a falta de investimento na Uemg. E o governo não está nem aí. Não vejo esta Casa debater sobre o problema da Uemg, sobre como melhorar o ensino superior em Minas. Não existe nada disso. Quando alguém do governo assume a palavra é para dizer que a Dilma não criou tantas universidades federais quanto é necessário. Ora, o Lula criou tantas universidades federais em Minas que Fernando Henrique nunca sonhou em fazê-lo. Fernando Henrique estava sucateando tudo. Então, não pode o governo parar e ficar criticando, e nada fazer. Estou enjoado disso. Todo dia é a mesma ladainha do governo, tentando justificar-se. Dez anos no poder, 10 anos no Estado não implementa política e fica jogando a culpa nos outros. Isso não pega. Essa política do quanto pior melhor não nos coloca, de fato, em condições de o Estado disputar as políticas públicas que devem ser disputadas, inclusive para vir mais recurso do governo federal. Então, o Prof. Anastasia precisa iniciar o seu governo, romper com esse choque de gestão neoliberal. Ora, ao invés disso, fica a Secretaria de Estado de Educação brigando com as professoras, em guerra, uma secretaria beligerante, brigando com o sindicato. “Professor não pode alimentar-se em escola pública! Corta a merenda das professoras!” Coitadas. Deixá-las com fome? Vai lá, professora, dá três aulas seguidas, mas não merenda não. Essa merenda você não come não. Dá mais duas com fome, professora. Ou então, em 20 minutos, corre, vai a um restaurante, engole a comida e volta. Não há quem aguente. Isso é o Estado de Minas Gerais, fazendo uma política de proibir a coitada da professora até de se alimentar na escola. Até isso, por uma pirraça por causa de uma greve de 112 dias que eles acham que é culpa dos professores, culpa do sindicato e culpa das escolas. Ora, a culpa, evidentemente, é do governo do Estado. Só em Minas Gerais, nas escolas estaduais, acontece isso. Em nenhuma escola estadual do Brasil há professora sendo orientada e sendo impedida de se alimentar. Em nenhum Município de Minas Gerais vi um Prefeito fazer essa loucura. Só a Secretária de Educação. Aí ela fala que a culpa é da Dilma. Morro de rir. Fala isso também. Agora a Secretária vai culpar a Dilma de uma atitude dela? Ora, Secretária, pare de perseguir as professoras. Prof. Anastasia, pare de perseguir os professores.

Então, Sr. Presidente, peço ao Sr. Paulo José de Araújo, que agora irá para o Conselho Estadual de Educação, que olhe pelos professores e pelas professoras, homens e mulheres que no nosso Estado de Minas Gerais tanto fazem por nós, que estão agora obrigados – esse é um outro assunto sobre o qual falarei depois – a dar aula em salas multisseriadas. Vão jogar a culpa também no governo federal? Só aqui em Minas voltou a sala multisseriada. Mas esse é outro assunto ao qual me referirei depois. Vou votar favoravelmente.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, combinado com os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 35 Deputados, que, somados à presença do Deputado Rômulo Veneroso, perfazem o total de 36 parlamentares presentes. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

O Deputado Duarte Bechir - Recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Antônio Carlos Arantes) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 40 Deputados. Portanto, há quórum para votação. A Presidência vai renovar a votação da indicação. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 54/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 45/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Edmar Fernando de Alcântara para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação. Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Sr. Presidente, não poderia deixar de me manifestar. Votarei favoravelmente. Aliás, a nossa bancada está aqui para contribuir com o quórum. Lembro-me bem, em 1999, quando estive aqui pela primeira vez, de que havia filas de pessoas pedindo bolsas de estudo para curso superior, porque há alguns anos o governo federal tinha feito um decreto para acabar com os cursos técnicos no País e os alunos não tinham condições de fazer curso superior. Então, quando há indicação para o Conselho Estadual, na sua Câmara de Ensino Médio, temos que lembrar esse fato. Depois, o Lula começou a investir em cursos técnicos e, agora, a Presidenta Dilma, com a Pronatec, está em todo o País. São mais de 200 escolas técnicas federais. Em Betim já está funcionando uma em um prédio cedido, porque o prédio novo está em construção. Em Contagem ele também já existe, assim como em várias cidades com mais de 100 mil habitantes.

Sr. Presidente, sobre o TAC que o governo firmou com o Tribunal de Contas quero fazer uma ponderação, porque sabemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal está fazendo 12 anos e tenho conversado com a nossa Prefeita de Betim sobre a necessidade de se rever a lei, porque o número de funcionários das prefeituras está aumentando. Tem que haver um aumento obrigatório, principalmente em saúde e educação. Não podemos ficar sem mais escolas. A população está aumentando e a saúde precisa de um investimento maior. Eu mesma assinei um abaixo-assinado pedindo os 10% do PIB do governo federal para a saúde, pois não podemos aceitar que o caminho da solução seja, principalmente, tirar da educação, porque os Municípios têm obrigação de investir 25%. Não se concebe isso. Creio que seja inconstitucional fazer um TAC com o Tribunal de Contas para se reduzirem esses 25%. Sou professora aposentada, mas ninguém que tenha bom-senso, nesta Casa, vai achar que podemos aceitar esse caminho. Então, que o governo corte outros setores, deixe de fazer até alguma obra, até a situação se resolver. Mesmo que não tenha recursos, não pode tirar os 25% da educação de forma alguma, pois os 25% já não são suficientes.

Sei que a Prefeitura de Betim e muitas outras investem mais. Como eu digo, os 25% não são suficientes. A Prefeitura de Betim e muitas outras investem muito mais de 25%, porque os 25% não são mais suficientes para arcar com os custos da educação. Como professora aposentada, seria omissão da minha parte deixar de registrar nesta Casa essa situação. É papel desta Casa, e não somente da Oposição, fazer essa denúncia. A Situação tem de argumentar com o governo, porque essa não pode ser a saída. Precisamos de outras saídas. Que os Prefeitos se unam e discutam com a Câmara Federal a atualização da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, quero deixar registradas essas nossas palavras e fazer uma convocação: que toda esta Casa assumira essa postura e não aceite, de forma alguma, a diminuição dos 25% de aplicação em educação em Minas Gerais. Minas Gerais é referência nacional, e essa diminuição vai macular o seu nome. Então não podemos aceitar isso de forma alguma; não podemos aceitar isso na educação nem na saúde. Que achem outros caminhos. Se os recursos não estão sendo suficientes, se a dívida é alta - há o problema que está sendo discutido nas Comissões -, que se achem outros caminhos, mas esse não podemos aceitar em hipótese alguma.

Encerrando, além da questão do Pronatec, vimos que hoje mais de um milhão de alunos no País fazem curso superior. Por quê? Exatamente através do ProUni, projeto do governo Lula e agora da Dilma. E não é somente mais um projeto de governo: é um projeto de Estado, é um projeto do País. Nenhum Presidente ou Presidenta que lá estiver vai acabar com esse projeto que está elevando o índice de escolaridade do povo brasileiro, que ainda é muito baixo. Com todo esse esforço, ainda está em torno de 11% o índice de curso superior do povo brasileiro. Portanto, precisamos somar forças. Isso é grave demais. Nas áreas da educação e da saúde, não se diminuem recursos, só se aumentam, se aumentam e se aumentam. Esse tem de ser o nosso compromisso parlamentar no Estado de Minas Gerais. Obrigada.

O Sr. Presidente - A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, combinado com os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 45/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 46/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Carlos Antônio Bregunci para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo

secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, combinado com os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 46/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 48/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Januzzi de Souza Reis para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, combinado com os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 48/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 49/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Aurélio Sávio de Mendonça Terra para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, combinado com os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 40 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 49/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Indicação nº 50/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, combinado com os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fábio Cherem - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada a Indicação nº 50/2012. Oficie-se ao Governador do Estado.

Declaração de Voto

O Deputado Bosco - Caro Deputado Inácio Franco, que ora preside esta reunião, eu gostaria, de forma breve, de fazer aqui um manifesto. Primeiro, sobre as indicações dos nomes que comporão o Conselho de Educação do Estado de Minas Gerais, queremos



falar sobre tal tema de forma mais detalhada, mas, de acordo com um acordo firmado com a Base, com a Oposição, vamos nos manifestar de forma mais extensa na parte da tarde, quando discutiremos outros projetos, quando faremos alguns comentários sobre a educação no nosso Estado, projetos e programas. Mas eu não poderia, caro Presidente Deputado Inácio Franco, deixar de aproveitar a presença do Presidente do América Futebol Clube, desse grande clube mineiro que completou agora seu centenário, e cumprimentá-lo - o Deputado Alencar da Silveira Jr. -, assim como cumprimentar toda a diretoria e todos os jogadores. O América é um clube tradicional que vem ganhando, a cada dia, mais espaço e mais torcida por toda Minas Gerais. Vi muitas pessoas na minha cidade, Deputado Alencar da Silveira Jr., Araxá, usando a camisa do América, o que demonstra o crescimento, a abrangência do time em toda Minas Gerais. Então, nossos parabéns ao América pelo centenário, que ele siga em frente e, acima de tudo, ofereça cada vez mais alegria para sua torcida, mas valorizando ainda mais o esporte profissional de Minas Gerais. Aproveito também, Sr. Presidente, já que estamos falando de futebol, para enviar um grande abraço ao Sr. Dailson Lettieri, Presidente do nosso Araxá Esporte Clube, do nosso alvinegro mais querido de Araxá, o Ganso, que está se saindo muito bem na final do módulo II do Campeonato Mineiro. Sobraram quatro times para disputar duas vagas para a primeira fase, o Módulo I - Ipatinga, Tombense, Mamoré e o Araxá. O Araxá está invicto, com nove pontos; os demais estão com três pontos. Então, o Araxá Esporte Clube está com enorme expectativa de poder, a partir do próximo ano, participar efetivamente do Módulo I, do Campeonato Mineiro, enfim, da elite do futebol mineiro, com muita garra, determinação e, acima de tudo, com a competência da sua diretoria e o apoio maciço da torcida alvinegra, da torcida do Araxá Esporte Clube. Então, aproveito esta oportunidade para mandar um grande abraço ao nosso povo de Araxá, a todos os jogadores do Araxá Esporte Clube, a sua diretoria e sobretudo àquela torcida maravilhosa que, no último sábado, lotou o estádio Fausto Alvim, quando do jogo entre Araxá e Mamoré, onde o Araxá Esporte Clube se consagrou, mais uma vez, vitorioso. Desejo felicidades e que o Araxá possa ser também campeão desse módulo II, como foi campeão do Módulo III no ano passado. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Há outras considerações a serem feitas, conforme eu disse no início, com relação à educação do nosso Estado, que por sinal vai muito bem, ao contrário do que temos ouvido por aqui. Na reunião da parte da tarde teremos alguns comentários sobre questões da educação e alguns programas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria de agradecer a esta Casa, aos Deputados, ao governo do Estado e a toda a população mineira os votos de congratulações que estamos recebendo em nosso gabinete e na nossa caixa-postal pelo centenário do América. Na última segunda-feira fizemos nossa festa de aniversário dos 100 anos do América com a presença de várias pessoas, de vários companheiros, de vários Deputados, de ex-jogadores do América e, toda a população. Ao Deputado João Leite foi feito um convite especial porque é ex-atleta do América e, apesar de ser atleticano, colaborou muito com o engrandecimento do América. Naquela segunda-feira, o América recebeu da Federação Mineira de Futebol o levantamento do nosso decacampeonato, isto é, o reconhecimento da Federação. Hoje estou aqui para agradecer a todos os mineiros e brasileiros que, de uma forma ou de outra, externaram os parabéns pelo centenário do América naquele dia. Quero parabenizar todos os companheiros que comigo fazem a direção do América: Dr. Paulo Lasmar, Marcus Salum, Olímpio Naves, Francisco Santiago, José Flávio Lanna Drumond, Magnus Lívio, Dr. Bernardo e Afonsinho. Quero agradecer a todos os companheiros que nos ajudam a fazer do América uma grande agremiação, um time de destaque nacional. Parabéns a todos os americanos pelo centenário do nosso América! Somos poucos americanos nesta Casa, mas com certeza os poucos que vão ao estádio para torcer sem violência. Fazemos o que gostamos e torcemos pelo América. Sou americano por causa de meu pai, que é e sempre foi americano. Ele me ensinou a ser americano. Ser americano é um estilo de vida diferente; somos torcedores diferenciados. O meu muito obrigado a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, deram parabéns ao time pelo seu centenário. Se Deus quiser, seremos campeões mineiros. Vamos fazer brilhar o nosso centenário neste ano, em cima do Atlético Mineiro. Com todo o respeito, já despachamos o Cruzeiro e, no próximo sábado, vamos despachar o Atlético, para concretizarmos o nosso campeonato mineiro no ano do centenário. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, o assunto que me traz a esta tribuna tem preocupado todo o Norte de Minas Gerais e também os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e parte da região Noroeste de Minas. Estou-me referindo ao problema da seca. A cada dia a situação se agrava com o problema de abastecimento de água nas comunidades e com a seca das barragens. Existem cidades inteiras com problema de abastecimento. As regiões de Monte Azul, Espinosa, Mato Verde e Porteirinha são as que mais vêm sofrendo com a seca em Minas Gerais. Os governos já anunciaram algumas medidas, mas elas estão demorando a chegar. A grande preocupação dos produtores, dos pequenos agricultores e de toda a classe produtiva da região é com o gado. Se o governo não agir de forma rápida, chegaremos aos meses de julho e agosto com uma perda sem precedentes do rebanho bovino do Norte de Minas Gerais. Aliás, disse isso há cerca de 15 dias e volto a fazer esse apelo para que o governo do Estado, por via da Secretaria de Agricultura, reúna sua equipe econômica para anunciar medidas que favoreçam esses produtores da região que precisam se desfazer dos seus rebanhos. Para se desfazer de um rebanho, é preciso que haja incentivo, por isso viemos aqui solicitar do governo a isenção do ICMS na venda do gado na área atingida pela seca, nos Municípios que possuem decreto de emergência já reconhecido tanto pela Defesa Civil do Estado quanto pela Defesa Civil Nacional, a fim de darmos esse alento à região e para que ela não sofra um prejuízo ainda maior. Se as pessoas não venderem o gado agora, enquanto ele ainda está gordo e tem peso e preço, não conseguirão vendê-lo em julho e agosto, porque ninguém vai querer comprá-lo. Esse gado vai acabar morrendo, causando um prejuízo incalculável para o Norte de Minas Gerais, para o Vale do Jequitinhonha e para o Mucuri e o Noroeste do Estado. Então, fica aqui o apelo para criarmos, na Assembleia, uma comissão de Deputados votados naquela região para procurarmos a equipe econômica do governo do Estado, o Governador, o Secretário de Agricultura e autoridades a fim de solicitar que isso seja feito o mais rápido possível, para assim evitarmos uma tragédia já anunciada, a seca, que já está ocorrendo. Já não chove na região há praticamente cinco meses, com previsão de que a chuva só ocorra em outubro ou novembro. Ou seja, o rebanho não resistirá. Então, o governo deve tomar uma atitude agora. Poderá ser tarde demais, se tomada posteriormente, podendo não surtir o mesmo efeito que precisa ser assegurado agora para os produtores da região. Faça aqui, mais uma vez, o apelo para que a equipe econômica do governo do Estado faça um estudo e dispense



as cobranças do ICMS sobre a venda de gado na região atingida pela seca em Minas Gerais. Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/4/2012

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Carlin Moura e Glaycon Franco, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o processo de reestruturação que resultou no fechamento de unidades da Fundação de Ensino de Contagem - Funec - no Município de Contagem e a possibilidade de inclusão dessa fundação no Programa de Educação Profissional - PEP - da Secretaria de Estado de Educação - SEE-MG e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: da Comissão de Segurança Pública, encaminhando convite a esta Comissão para participar de reunião em 24/4/2012. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Letícia Martins de Souza, Promotora de Justiça - 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Contagem - Defesa do Patrimônio Público, e Luzia Lima Moreira, Diretora de Comunicação do Sind-UTE - Contagem; e os Srs. Alexandre Magno Leão, Empreendedor Público da Secretaria de Estado de Educação - SEE-MG; Roberto Márcio Guerra, Superintendente de Desenvolvimento da Educação Profissional da SEE-MG; Ademilson Ferreira de Souza, Coordenador-Geral do Sind-UTE de Contagem; e Samuel Lara, representante da Associação Mineira de Estudantes, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Liza Prado e ao Deputado Carlin Moura, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Retiram-se da reunião os Deputados Duarte Bechir e Glaycon Franco. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2012.

Bosco, Presidente - Carlin Moura - Neilando Pimenta.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/4/2012

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete os Deputados Juninho Araújo e Glaycon Franco. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Juninho Araújo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a necessidade de aperfeiçoamento na construção e implantação da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão Ventura Luiz, no Bairro Água Preta, no Município de Conselheiro Lafaiete, de forma a não causar danos ao meio ambiente e à saúde da população, e a deliberar sobre proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. José Milton de Carvalho Rocha, Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete; José Ricardo Sirio, Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete; Darcy José de Souza, Eli Severino Ribeiro, José Boaventura Celestino, José Derly da Cruz Aleixo, José Milagres Nogueira, Marco Antônio Reis Carvalho, Mauro Lúcio da Silva, Pedro Américo de Almeida, Vereadores de Conselheiro Lafaiete, Isabel Meneses, Diretora da Supram - Central Metropolitana, e André Ruas, Analista da Supram-Central, ambos representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Ricardo da Rocha Vieira, Presidente do Codema; Glauco Dias Sampaio, Gerente do Distrito do Alto Paraopeba da Copasa; Wiladerlan Alves de Souza Júnior, Presidente da Comunidade do Bairro Água Preta; Valério Parreira, Diretor de Operações da Copasa, e Eros Biondini, Deputado Federal, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Juninho Araújo, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2012.

Célio Moreira, Presidente - Tiago Ulisses.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/4/2012

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão, Glaycon Franco, Gustavo Valadares e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o

Deputado Fred Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.074, 3.079, 3.084, 3.085 e 3.088/2012 (Deputado André Quintão); 3.075, 3.077, 3.082 e 3.086/2012 (Deputado Bruno Siqueira); 3.080, 3.090 e 3.091/2012 (Deputado Luiz Henrique); 3.087/2012 (Deputada Rosângela Reis); 3.076, 3.081, 3.092/2012 e 1.475/2011 (Deputado Glaycon Franco, em virtude de redistribuição no caso do último projeto); 3.073, 3.094 e 3.095/2012 (Deputado Gustavo Valadares); 3.078 e 3.093/2012 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer em que o relator, Deputado Sebastião Costa, conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.062/2012, o Presidente defere pedido de vista do Deputado André Quintão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 57/2011 na forma do Substitutivo nº 1 e 760/2011 (relator: Deputado André Quintão); 410 e 2.282/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 688 e 771/2011 na forma do Substitutivo nº 1 e 2.042/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira); 1.253/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Luiz Henrique); e 2.344/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 295/2011 (relator: Deputado Gustavo Valadares) e 1.188/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Os Projetos de Lei nºs 681/2011 e 2.957/2012 são convertidos em diligência à Secretaria de Saúde (relator: Deputado Bruno Siqueira); o Projeto de Lei nº 1.232/2011, ao Detran-MG; o Projeto de Lei nº 2.634/2011, à Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais (relator: Deputado André Quintão); o Projeto de Lei nº 1.787/2011, às Secretarias de Educação e de Saúde (relatora: Deputada Rosângela Reis); o Projeto de Lei nº 1.810/2011, à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Instituto Estadual de Florestas – IEF -; o Projeto de Lei nº 2.573/2011, à Secretaria de Cultura (relator: Deputado Sebastião Costa); e o Projeto de Lei nº 2.323/2011, à Secretaria de Fazenda (relator: Deputado Gustavo Valadares). Os Projetos de Lei nºs 1.814 e 1.965/2011 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Luiz Henrique, aprovado pela Comissão. Neste momento, o Deputado Luiz Henrique retira-se do recinto, e o Deputado Fred Costa o substitui, por indicação da Liderança do BTR. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.978/2012 (relator: Deputado André Quintão). O Deputado Fred Costa retira-se do recinto, e registra-se a presença do Deputado Luiz Henrique. O Projeto de Lei nº 3.003/2012 é convertido em diligência à Secretaria de Saúde (relator: Deputado Luiz Henrique); o Projeto de Lei nº 3.011/2012, ao DER-MG (relator: Deputado André Quintão); o Projeto de Lei nº 3.012/2012, à Secretaria de Planejamento e Gestão (relator: Deputado Gustavo Valadares); o Projeto de Lei nº 3.031/2012, ao DER-MG (relator: Deputado Glaycon Franco); e o Projeto de Lei nº 3.034/2012, à Secretaria de Planejamento e Gestão (relatora: Deputada Rosângela Reis). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.033 e 3.057/2012 (relator: Deputado André Quintão); 3.056 e 3.058/2012 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.927/2011 e 3.045/2012 com as Emendas nº 1, 181/2011, 2.820, 3.040 e 3.046/2012 (relator: Deputado André Quintão); 2.791 e 3.049/2012 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 3.043 e 3.059/2012 (relator: Deputado Luiz Henrique; leitor: Deputado Sebastião Costa); 3.029/2012 (relator: Deputado Sebastião Costa); 43, 1.661 e 1.718/2011, 2.609/2011 com a Emenda nº 1, 2.867 e 3.035/2012 (relator: Deputado Bruno Siqueira); 3.038/2012 com a Emenda nº 1 e 3.053/2012 (relator: Deputado Glaycon Franco); 1.463/2011 e 2.527/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Glaycon Franco, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos que solicitam sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.021 e 3.063/2012. É aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião com os convidados que menciona para discutir o Projeto de Lei nº 3.062/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2012.

Sebastião Costa, Presidente – Glaycon Franco – Bruno Siqueira – Luiz Henrique – Rosângela Reis.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2012

Às 10h52min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elismar Prado, Marques Abreu e Hélio Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Elismar Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 675/2011, no 1º turno, e 3.025/2012, em turno único (Deputado Sargento Rodrigues); 2.471/2011 e 3.001/2012, ambos em turno único (Deputado Elismar Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.889 e 2.921/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são



aprovados os requerimentos do Deputado Marques Abreu (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a estrutura de atendimento à pessoa com deficiência do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG de Belo Horizonte; seja encaminhado ao Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo pedido de informações detalhadas sobre as medidas que garantirão que os lugares destinados às pessoas com deficiência nos Estádios Raimundo Sampaio - Independência - e Governador Magalhães Pinto - Mineirão - serão utilizados exclusivamente por elas; e seja realizada reunião de audiência pública para comemorar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2012.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Marques Abreu - Luiz Carlos Miranda.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2012

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 104 e 1.859/2011 (Deputado Doutor Viana); 175 e 1.270/2011 (Deputado Romel Anízio); 490/2011 (Deputado Gustavo Perrella); 532/2011 (Deputado Ulysses Gomes) e 2.499/2011 (Deputado João Vítor Xavier), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.859/2011 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O requerimento dos Deputados João Leite, Lafayette de Andrada, Rômulo Viegas e Sebastião Costa em que solicitam seja realizada reunião para debater a discriminação pelo Governo Federal de Municípios mineiros no recebimento de repasses financeiros, tem a votação adiada, atendendo-se a requerimento do Deputado Ulysses Gomes, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2012.

Doutor Viana, Presidente - Rômulo Viegas - Duarte Bechir - Lafayette de Andrada.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2012

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Luiz Henrique e Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BRT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir 2.509, 2.746, 2.797, 2.803, 2.804, 2.809, 2.812 e 2.814/2012 (Deputado Gustavo Valadares); 2.817, 2.823, 2.825, 2.854, 2.861, 2.870, 2.899, 2.910 e 2.931/2012 (Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.509, 2.746, 2.797, 2.803, 2.804, 2.809, 2.812, 2.814, 2.817, 2.823, 2.825, 2.854, 2.861, 2.870, 2.899, 2.910 e 2.931/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Antônio Júlio – Rômulo Viegas.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/4/2012

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Romel Anízio e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia),



compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.966/2012 com a Emenda nº 1 e 2.970/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.842/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite e Sávio Souza Cruz, da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Sargento Rodrigues e Dalmo Ribeiro Silva em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a possibilidade da inscrição, no cartão do produtor rural, de inventário de máquinas e equipamentos agropecuários, para prevenir furtos e roubos; dos Deputados Fabiano Tolentino, Antônio Carlos Arantes e Romel Anízio em que solicitam seja realizada visita à ExpoZebu 2012, em Uberaba. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o procedimento de fiscalização integral da cadeia produtiva dos alimentos transgênicos no Estado, bem como os eventuais riscos desse tipo de alimento à saúde, à agricultura e ao meio ambiente. É aprovado o relatório de visita à Procuradoria Regional do Trabalho - 3ª Região, do Ministério Público do Trabalho, realizada em 25/4/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Fabiano Tolentino – Liza Prado.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/4/2012

Às 10h15min, comparecem no Plenário da Câmara Municipal de Poços de Caldas os Deputados Carlos Mosconi e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dinis Pinheiro e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, declara aberta a reunião e, em virtude de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apresentação da campanha "Assine + Saúde", que tem por objetivo a coleta de assinaturas para apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei de iniciativa popular que determine a aplicação de 10% da receita corrente bruta da União na Saúde Pública. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Paulo César Silva e Sebastião Navarro Vieira, respectivamente Prefeito e ex-Prefeito Municipal de Poços de Caldas; Waldemar Antonio Lemes Filho, Presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas; Gilberto Carvalho Teixeira, Superintendente Regional de Saúde de Pouso Alegre; Ângelo José Roncalli de Freitas, Presidente da Associação Mineira de Municípios - AMM -; Adriano Magno de Marçal e Silva, Defensor Público e Coordenador da Defensoria Pública de Minas Gerais-Regional Alto Rio Pardo; Bruno Pinto Rodrigues, Subcoordenador Regional da Defensoria Pública; Paulo César Pereira Negrão, Presidente da Associação Médica de Poços de Caldas, representando o Sr. Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais - AMMG -, e o Sr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira; Percival Batista de Barros, Membro da Comissão de Bioética e Biodireito da 25ª Seção da OAB-MG, representando o Sr. Luís Cláudio da Silva, Presidente da OAB-MG,, e o Sr. Fábio Camargo de Souza, Presidente da OAB-Poços de Caldas; Ronan Pereira Lima, Vice-Presidente da Federassantas, representando o Sr. Saulo Converso Lara, Presidente dessa Federação; Padre Francisco Carlos Pereira, Pároco da Paróquia Nossa Senhora da Saúde e Coordenador de Pastoral da Diocese de Guaxupé; José Tasca, Membro do Conselho Regional de Medicina - CRM - , representando o Sr. João Batista Gomes Soares, Presidente do CRM; Douglas Moreira Dias, Presidente do Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde - Cosems - Regional Alfenas, e Secretário Municipal de Saúde de Machado; Sérgio Pessoa Coelho, Superintendente Regional de Saúde de Alfenas; Adnei Pereira de Moraes, ex-Prefeito e ex-Secretário Municipal de Saúde de Poços de Caldas; Júlio Balducci, Secretário Municipal de Saúde de Poços de Caldas, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Carlos Mosconi, na condição de Presidente da Comissão de Saúde e autor do requerimento que deu origem aos debates, tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e cumprida a sua finalidade, agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente – Doutor Wilson Batista-Rosângela Reis.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 8/5/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.269/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de informações sobre o andamento das investigações sobre a presença de pó de metal em pacotes de açúcar comercializados em algumas cidades do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.291/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o acidente ocorrido em dezembro de 2009, no Município de Nanuque, em que uma criança de 8 anos teve seu corpo queimado por substâncias químicas em área pertencente a essa empresa, solicitando, ainda, que a Cemig informe se houve assistência ou algum tipo de indenização à criança e a sua família. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.313/2011, da Comissão de Turismo, que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de informações sobre os trâmites para a pré-seleção das subdeses da Copa no Estado, de forma a permitir ações de articulação com os Municípios interessados em pleitear a candidatura a "base camps". A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.321/2011, da Comissão de Esporte, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre o número de quadras poliesportivas e equipamentos esportivos existentes nas escolas públicas estaduais, indicando o endereço da unidade, a situação física dos referidos equipamentos e os eventuais projetos de recuperação, construção ou instalação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.330/2011, do Deputado Celinho do Sintrocel, que solicita seja inserido nos anais da Casa o artigo "Humanismo Transigente", da historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, publicado no jornal "Estado de Minas" de 6/8/2011. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.342/2011, da Comissão de Segurança Pública, que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre o tempo médio de permanência das viaturas da Polícia Militar nas delegacias, a classificação das ocorrências por tipo penal, as ocorrências encerradas pelos Centros de Operações - Copoms - por falta de viaturas, o tempo médio de espera pelos Copoms para despacho de viatura, bem como outras informações que auxiliem no diagnóstico de situações relacionadas com denúncias feitas a essa Comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.220/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a divulgação, em cada estabelecimento da rede pública de ensino, de informações sobre a pessoa que dá nome àquele estabelecimento. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.061/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.960, de 23/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.062/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 13/2011, do Deputado Anselmo José Domingos, que altera a composição do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, mediante alteração da Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.552, de 4/8/2011, que autoriza o Poder Executivo a doar à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 326/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que torna obrigatória a notificação do ingresso na rede de atendimento à saúde de vítimas de acidentes com armas, aos órgãos de Segurança Pública. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei nº 11.963, de 30/10/95, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Cruz do Escalvado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 767/2011, do Deputado Wander Borges, que institui a política estadual para a população em situação de rua. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões do Trabalho e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.961/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.582/2011, do Deputado José Henrique; 2.935/2012, do Deputado Antônio Júlio; 2.952/2012, do Deputado Luiz Henrique.

Requerimentos nºs 2.753/2012, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 2.826/2012, do Deputado Doutor Viana; 2.905/2012, do Deputado Délio Malheiros.



Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.048/2012, do Deputado Fred Costa.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 69/2011, do Deputado Fred Costa; 697/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.058/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.122, 1.250 e 1.251/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.449/2011, do Deputado Inácio Franco; 1.745/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite; 1.818/2011, do Deputado Fábio Cherem; 1.856/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.325/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.624/2011, do Deputado Arlen Santiago; 2.777/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.839/2012, do Deputado Marques Abreu; 2.893/2012, da Deputada Rosângela Reis; 2.940/2012, do Deputado João Vítor Xavier; e 2.955/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.917/2011, do Deputado Almir Paraca; 2.932/2012, da Deputada Liza Prado; e 3.087/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 8/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.984/2012, do Deputado Bosco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.601/2011, do Tribunal de Contas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.957/2012, do Deputado Leonardo Moreira; 2.965/2012, do Deputado Marques Abreu; 2.976 a 2.980/2012, do Deputado Délio Malheiros; 2.981/2012, do Deputado Duarte Bechir, e 2.990/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o transporte rodoviário intermunicipal de veículos cooperativados, sem vínculo de transporte público, em vista de coibição da atual legislação.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 58/2011, do Deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.032/2012, do Deputado Fred Costa.

Requerimentos nºs 2.956/2012, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.960/2012, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: conhecer a rede de atenção à mulher vítima de violência e debater as melhorias necessárias para a realização do acolhimento inicial, abrigo e atenção à saúde das mulheres em situação de risco e de violência.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 9/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.868/2012, da Deputada Ana Maria Resende.

Finalidade: discutir, em audiência pública com a presença de convidados, as políticas públicas habitacionais de acesso à moradia no Município de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.975/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 8/5/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos: dos Requerimentos n.ºs 1.129/2011, do Deputado Sebastião Costa, em que solicita a inserção nos anais da Casa de matéria veiculada no jornal "Estado de Minas" de 28/5/2011, intitulada "Renegociação Necessária", do Deputado Federal Eduardo Azeredo; 1.269/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de informações sobre o andamento das investigações sobre a presença de pó de metal em pacotes de açúcar comercializados em algumas cidades do Estado; 1.291/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o acidente ocorrido em dezembro de 2009 no Município de Nanuque, em que uma criança de 8 anos teve seu corpo queimado por substâncias químicas em área pertencente a essa empresa; 1.313/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de informações sobre os trâmites para a pré-seleção das subsedes da Copa no Estado, de forma a permitir ações de articulação com os Municípios interessados em pleitear a candidatura a "base camps"; 1.321/2011, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre o número de quadras poliesportivas e equipamentos esportivos existentes nas escolas públicas estaduais, indicando o endereço da unidade, a situação física dos referidos equipamentos e os eventuais projetos de recuperação, construção ou instalação; 1.330/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja inserido nos anais da Casa o artigo "Humanismo Transigente", da historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, publicado no jornal "Estado de Minas" de 6/8/2011; e 1.342/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre o tempo médio de permanência das viaturas da Polícia Militar nas delegacias, a classificação das ocorrências por tipo penal, as ocorrências encerradas pelos Centros de Operações – Copoms - por falta de viaturas, o tempo médio de espera pelos Copoms para despacho de viatura, bem como outras informações que auxiliem no diagnóstico de situações relacionadas a denúncias feitas a essa Comissão; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 13/2011, do Deputado Anselmo José Domingos, que altera a composição do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, mediante alteração da Lei Complementar n.º 89, de 12/1/2006; e 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar n.º 89, de 12/1/2006; dos Projetos de Lei n.ºs 326/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que torna obrigatória a notificação, aos órgãos de Segurança Pública, do ingresso na rede de atendimento à saúde de vítimas de acidentes com armas; 767/2011, do Deputado Wander Borges, que institui a política estadual para a população em situação de rua; 1.220/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a divulgação, em cada estabelecimento da rede pública de ensino, de informações sobre a pessoa que dá nome àquele estabelecimento; 1.545/2011, do Deputado Bruno Siqueira, que proíbe a comercialização, a distribuição e a utilização de serpentinas metalizadas e produtos similares no Estado; 1.667/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera dispositivos da Lei n.º 11.963, de 30/10/95; 2.523/2011, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Delfinópolis o trecho que especifica; 2.784/2012, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - a doar ao Município de Matias Cardoso o imóvel que especifica; 2.915/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei n.º 19.552, de 4/8/2011; 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei n.º 17.701, de 4/8/2008; 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica; 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.960/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.961/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei n.º 19.969, de 26/12/2011; 3.061/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei n.º 19.960, de 23/12/2011; e 3.062/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF - e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.



Palácio da Inconfidência, 7 de maio de 2012.
Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Luiz Carlos Miranda e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2012, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2012.
Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Delvito Alves, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/5/2012, às 19 horas, no PIC Pampulha (Rua Ilha Grande, 555 - Pampulha), com a finalidade de realizar novo balanço do andamento das obras de despoluição da Lagoa da Pampulha, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2012.
Célio Moreira, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 26/4/2012

A Deputada Maria Tereza Lara* - Nossos cumprimentos às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados desta Casa.

Antes de iniciar os dois assuntos propriamente ditos sobre os quais refletirei, registro que, daqui a pouco, às 15 horas, no auditório desta Casa, teremos uma audiência pública, solicitada por uma comissão de Guardas-Municipais da Prefeitura Municipal de Betim, a fim de discutirmos o Registro de Eventos de Defesa Social – Reds. Há uma reivindicação dos Guardas-Municipais não só de Betim, mas também de todos os Municípios de Minas Gerais, que estarão aqui hoje representados, para que possam fazer o Reds de ocorrência de menor potencial ofensivo.

Assim, convido todos os presentes e os que nos assistem pela TV Assembleia a participar desse debate e dessa reivindicação, justa e legítima, dos Guardas-Municipais, que também são profissionais da segurança pública e atuam nos Municípios de Minas Gerais e de todo o País.

Quero registrar ainda que na última terça-feira, dia 24, como membro da Frente Parlamentar Pró-Metrô de Belo Horizonte, Contagem e Betim, estive em Brasília, com a Prefeita de Betim, Maria do Carmo; o Vereador Antônio Carlos, também de Betim; e o Presidente da Transbetim, Eduardo Lucas. Também estiveram presentes o Governador de Minas, o Prefeito de Belo Horizonte, a Prefeita de Contagem e representantes de outros Estados. O motivo da nossa ida à Capital Federal foi o anúncio da liberação dos investimentos do PAC Mobilidade Grandes Cidades - as Capitais, as regiões metropolitanas - feito pela Presidenta Dilma Rousseff.

O governo federal liberou R\$32.000.000.000,00 para 19 Estados brasileiros, recurso que será investido nas obras de metrô, corredores de ônibus e veículo leve sobre trilhos - VLT -, especialmente nas Capitais. Desse orçamento, R\$3.100.000.000,00 virão do Orçamento Geral da União; R\$1.100.000.000,00, de financiamentos; e cerca de R\$1.000.000.000,00, dos governos estaduais e municipais e da iniciativa privada. Segundo o Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, nas cidades que forem atendidas com o metrô ou o VLT, os cidadãos e as cidadãs vão reduzir o trajeto para o trabalho muitas vezes de 4 horas para 1 hora: são 3 horas a menos por dia, 15 horas por semana e quase três dias a menos de trânsito ao mês. Ou seja, o programa vai devolver ao cidadão um mês por ano de vida fora do trânsito – tempo que o cidadão poderá usar para o descanso, o lazer e o contato com a família, porque, realmente, em muitas Capitais trabalhadores e trabalhadoras estão gastando 4 horas para chegar ao trabalho e voltar para casa.

Para Betim, cidade em que resido, foram repassados R\$15.000.000,00 para a revisão de um projeto que existe há 30 anos e que será revitalizado. É uma conquista muito importante. Todos sabem quanto os moradores das regiões metropolitanas necessitam dessas melhorias no trânsito, que contribuem não só para a redução de acidentes e engarrafamentos, mas também para a qualidade de vida do cidadão, que precisa de transporte público de qualidade para trabalhar e estudar e para lazer. Desde 2009, a Prefeita Maria do Carmo tem se engajado nessa causa negociando e discutindo a chegada do metrô até Betim com os governos federal e estadual e com a iniciativa privada. Os movimentos sociais – representados pelo Célio Henrique, um militante desses movimentos - também realizaram um papel importante formalizando vários abaixo-assinados pela chegada do metrô a Betim. Quero mencionar também o Sindicato dos Metroviários, cuja Presidenta é a Alda, uma mulher que também tem mobilizado a população e reivindicado o metrô para Belo Horizonte e Contagem, chegando a Betim. Para Betim, já foi aprovada uma emenda de R\$1.200.000.000,00 no Orçamento da União, no PPAG, e queremos que esses recursos sejam liberados a partir de 2013, ano em que teremos de fazer a revisão do projeto. Além

disso, a Prefeita Maria do Carmo tem buscado outras parcerias – por exemplo, com a FCA e com a Vale, que hoje gerencia todo o setor operacional de cargas na região.

Em recente evento, firmou-se parceria com a Vale, porque é preciso atualizar, modernizar o trem de cargas para acoplar junto, num espaço paralelo, com o metrô. Esses acontecimentos, caros colegas, cidadãos que nos acompanham pela TV Assembleia e profissionais da imprensa, são o resultado de muito trabalho e dedicação. Lembro o papel exercido por esta Casa. No ano passado, organizamos a Frente Parlamentar Pró-Metrô, composta por mim, também representando Betim, e pelos Deputados Fred Costa e Durval Ângelo. Inúmeros outros Deputados assinaram em prol dessa Frente. Queremos e precisamos do apoio de todos os Deputados e Deputadas desta Casa.

Toda essa mobilização também contribuiu para o diálogo e a apresentação do projeto ao governo federal. Tenho acompanhado, junto à Prefeita, as negociações e reuniões na busca por parcerias tão importantes. Reafirmo: a qualidade de vida dos betinenses e dos cidadãos que moram na Região Metropolitana é um compromisso nosso, e vamos lutar para que haja melhoras na mobilidade urbana da nossa região, beneficiando não só Betim, mas também toda a Região Metropolitana, mais 12 cidades no seu entorno, consequentemente todo o Estado.

Para o próximo passo, é importante que o governo do Estado autorize, delibere para haver a revisão do projeto executivo que já existe em Betim. É preciso haver licitação para que uma empresa elabore esse projeto. Portanto, peço aos nobres pares desta Casa, os da Oposição e os da base do governo, que nos ajudem e apoiem porque, de fato, se trata de uma ação que beneficiará toda a Região Metropolitana, todo o Estado de Minas Gerais.

Concedo aparte ao nobre Deputado Rômulo Veneroso, que também reside em Betim.

O Deputado Rômulo Veneroso (em aparte)* - Deputada Maria Tereza Lara, agradeço o aparte. Não ouvi o início do pronunciamento de V. Exa., portanto gostaria de uma explicação. V. Exa. está dizendo que o projeto executivo está concluído para que o metrô chegue até Betim? Desculpe-me de não ter entendido. É isso, Deputada?

A Deputada Maria Tereza Lara* - Foi oficializado que dos recursos para o País - cerca de 32 bilhões -, e para Minas Gerais, para Belo Horizonte, Contagem e Betim, 3 bilhões serão liberados agora, imediatamente. E para Betim, neste ano, esse recurso vai para a Metrominas. Isso porque, para as próprias cidades fazerem o projeto, elas têm de ter mais de 700 mil habitantes. Então, Betim foi incluída como parte da Região Metropolitana. Nesse caso, garantimos 700 mil habitantes. Esse foi um critério.

O Deputado Rômulo Veneroso (em aparte)* - Do dinheiro que está vindo, está garantido...

A Deputada Maria Tereza Lara* - Quinze milhões para a revisão do projeto executivo de Betim, este ano, imediatamente. O que depende disso? O recurso vem para a Metrominas, um órgão do governo estadual, que gerenciará os recursos, tanto para a inspeção do metrô em Belo Horizonte quanto para se chegar a Contagem e Betim. Imediatamente, o que precisamos e queremos, todos nós, é que, chegando o recurso, haja licitação. A previsão para o início das obras é em 2013, porque neste ano será a revisão do projeto executivo elaborado há 30 anos.

O Deputado Rômulo Veneroso (em aparte)* - Deputada, gostaria de fazer um esclarecimento. O que entendi, o que ficou claro para mim, aliás, estamos comemorando, pois consideramos muito importante o recurso ter chegado a Belo Horizonte, o que esperávamos há muitos anos, mas Betim, mais uma vez, ficou de fora. Com esses 15 milhões será feito apenas um estudo na região pela equipe técnica, pelos engenheiros, de avião, helicóptero, por fotografias e filmagens.

Eles aproveitarão todo esse aparato e irão até Betim para aproveitar essa contratação. Então, não tem nada a ver com o projeto executivo, não há projeto executivo pronto, nem será revisado, nem nada. A informação que tenho é essa, e quero saber se houver uma informação contrária, porque, qualquer coisa nesse sentido, vamos contestar para não iludir, mais uma vez, a população de Betim. Não vamos permitir isso, enganar a nossa cidade, o nosso povo, como foi enganado há alguns anos. Deixarei bem claro que não permitiremos isso.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Deputado Rômulo Veneroso, agradeço, mas quero, de público, contradizer V. Exa. Em vez de V. Exa. estar aqui defendendo a nossa cidade e falando desse comentário, que não sei de onde veio e se é oficial... Se o governo do Estado estiver fazendo isso, estará realmente excluindo Betim. Vamos, nesta Casa, pedir o apoio dos nobres Deputados da base de governo, se V. Exa. não nos puder ajudar, porque V. Exa. está lá. Em vez de comemorar ou pelo menos dizer: Deputada Maria Tereza Lara, há problemas, vamos unir as forças e vamos levar...

O Deputado Rômulo Veneroso (em aparte)* - Deputada, discordo de V. Exa.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Deputado, perdoe-me mas agora já não lhe concederei aparte.

O Deputado Rômulo Veneroso (em aparte)* - Concluirei, se V. Exa. me permitir. Estou discordando porque, em todos os momentos, houve o meu apoio, até mesmo na questão do meu silêncio, nestes três anos e meio. Foi rodado na cidade que em 2010 seria comemorada a inauguração do metrô, e V. Exa. sabe disso. Mas quero aqui deixar muito claro e pedir aos nobres Deputados, principalmente ao Líder do Governo, que nos encaminhe uma audiência para as coisas ficarem esclarecidas. Não permito que tenham dúvida do nosso Governador Anastasia, que achem que ele queira prejudicar a cidade, de forma alguma.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Se o recurso não chegar lá e não fizerem, só o Governador pode impedir que se faça a revisão do projeto executivo. Não sou muito de confronto, Deputado, mas desta vez não tem condições. Isso é um desrespeito à nossa cidade.

Por favor, agradeço. O ano eleitoral de Betim já está posto nesta Casa. Não é isso que queremos. Queremos é unir as forças. Os Deputados governistas têm sabido a minha postura nesta Casa. Tudo que é positivo para Minas Gerais, embora eu seja Oposição ao Governador Antonio Anastasia, apoio e defendo publicamente, porque acho que acima das questões partidárias está o bem da população da nossa cidade, do nosso Estado. É isso que queremos aqui.

Deputada Luzia Ferreira, V. Exa. é da base do governo, Presidente do PPS, um partido de oposição à nossa Presidenta Dilma, mulher da bancada feminina, e quero publicamente elogiar a sua postura, em tudo que é bom para a população. Estivemos juntas em Igarapé, com o Prefeito do PPS. Contribuí e discuti para que pudéssemos estar juntos lá, porque é um Prefeito que está fazendo uma boa administração, querido pelo povo. Não quero nem que V. Exa. entre nesta discussão, porque não quero confrontar com nossos



pares aqui, mas não posso hoje deixar de me manifestar. Quero agradecer e pedir a V. Exa. o seu apoio, como base de governo nesta Casa. Deputado Sargento Rodrigues, que tem sido um companheiro, e também os Deputados da base, como o Deputado Doutor Viana, a quem temos amizade, Líder de Governo, estou pedindo o apoio humildemente, nesta Casa, aos 77 Deputados, para que o projeto Executivo seja revisto, os R\$15.000.000,00 pelos quais a Prefeita foi inúmeras vezes em Brasília – estou terminando, Sr. Presidente. Também conversou com o Deputado Carlos Melles, Secretário de Transportes do Governador Anastasia, que nos recebeu maravilhosamente, e foi colega dela em Brasília. Estou aqui humildemente pedindo a esta Casa que todos nós possamos somar esforços, porque esse recurso foi conseguido pela Prefeita e por lideranças, até com a ajuda desta Casa, por meio da frente parlamentar - os R\$15.000.000,00 para revisão do projeto. Sem projeto não se faz obra. Se eu estivesse aqui dizendo que chegaria o metrô hoje em Betim ou neste ano, estaria mentindo para a nossa população, estaria sendo falsa. Não estou dizendo isso. Estou dizendo humildemente que a nossa cidade conseguiu R\$15.000.000,00, que serão administrados pela Metrominas, nem é pela Prefeita, porque lá não há 700 mil habitantes.

A Prefeita humildemente conversou com o governo estadual dizendo: “Sozinhos, não conseguiremos. Queremos estar juntos, pois pensamos no bem maior de Betim e de nosso Estado”.

Sr. Presidente, por favor, permita-me conceder um aparte à Deputada Luzia Ferreira para que se manifeste.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Nesta semana, disse publicamente que o metrô precisa ir não somente a Contagem e Betim, mas também ao eixo Norte - Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves e até ao aeroporto. Esse é o sonho pelo qual temos de lutar.

Nobre Deputada, queria reafirmar o convite. Sei que V. Exa. e todos os nossos colegas estarão presentes aqui amanhã, às 14 horas, na audiência pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI - que investiga a violência contra a mulher em nosso país. Amanhã será a audiência pública de Minas Gerais. A Comissão está vindo aqui e ouvirá todos os órgãos públicos e as entidades e é presidida por uma mineira, que é a Deputada Jô Moraes. Então fica aqui o convite, pois será um momento importante. Esta Casa teve a sensibilidade de criar uma comissão especial presidida pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que já fez um relatório preliminar para ser entregue sobre a situação em Minas. Esperamos aqui a presença de todos os companheiros. Muito obrigada.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Obrigada, Deputada Luzia Ferreira e Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente desta reunião, Deputado Inácio Franco, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, povo que nos assiste das galerias, funcionários da Casa, imprensa; a mineração brasileira representa, juntamente com a área agrícola, as maiores áreas de competência do Brasil na economia global. Tanto no petróleo quanto na mineração diversificada, temos empresas que estão entre os principais mercados mundiais ditando preços e liderando processos tecnológicos e de gestão empresarial. Não é possível ter um país desenvolvido sem empresas de classe mundial.

Sendo base de toda a cadeia industrial, dependemos da mineração, desde a mais simples obturação de dente até os mais sofisticados equipamentos no tratamento da saúde em centros de tratamentos intensivos avançados, passando ainda pela área de transporte, telecomunicações, alimentos, entre tantos outros. A realidade é que a vida moderna - tal como nós a conhecemos hoje - é impossível sem a mineração.

Para se ter uma noção da importância da mineração para Minas Gerais - nosso querido Estado, cujo próprio nome já diz muito sobre o assunto -, dados mostram que a produção mineira representa 35% da nacional de bens primários minerais.

Nesta semana, mais precisamente na última segunda-feira, dia 23 de abril, participei de evento preparatório para o 10º Seminário Meio Ambiente e Cidadania, realizado no Hotel Mercure em Belo Horizonte e promovido pelo jornal “Hoje em Dia”, iniciativa merecedora de nosso aplauso. Na ocasião, o Sr. Rinaldo César Mancin, Diretor de Assuntos Ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram -, foi o palestrante no dia e nos alertou sobre importantes aspectos desta atividade que hoje acontece com sustentabilidade.

É possível minerar com responsabilidade, atestam as empresas sérias do segmento, como também são importantes iniciativas como as do jornal “Hoje em Dia”, que está realizando uma série de eventos que serão concluídos no 10º Seminário Meio Ambiente e Cidadania 2012. O resumo das propostas, considerações e sugestões será apresentado no Rio+20, evento que reunirá os principais chefes de Estado do mundo no Rio de Janeiro, em junho de 2012. Na ocasião serão discutidos direitos humanos, recursos hídricos, direito à cultura e à felicidade, entre outros, de forma a beneficiar todo o Planeta.

Na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Indústria Mineral em Minas Gerais, quero também lembrar que, na última terça-feira, aí, sim, dia 24 de abril, mês corrente, o ilustre e brilhante engenheiro mineiro Dr. José Fernando Coura, Presidente do Sindicato da Indústria Mineral de Minas Gerais - Sindiextra -, assumiu também a Presidência do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram -, cargo para o qual foi merecidamente eleito com uma cerimônia muito prestigiada pelo setor político e empresarial. Mineiro, além de administrador competente, José Fernando Coura é grande esposo, pai de família, empresário guerreiro, homem de muita garra e grande ser humano. Todos nós estamos muito felizes com a sua posse, torcendo por um grande desempenho seu frente ao Ibram e desejando-lhe muito sucesso. Que Deus continue iluminando sua inteligência ímpar e cobrindo-o de bênçãos.

Também, como segundo assunto, quero falar do projeto de alterações no plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas - TCE-MG -, do qual fui relator na Comissão de Fiscalização Financeira. Agradeço aos nobres pares que o aprovaram por unanimidade, no 1º turno, bem como aos servidores do Tribunal; aos componentes do sindicato dos servidores do TCE, na pessoa do Presidente Carlos Frederico Dumont Mamede, e da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - Ascontas -, na pessoa do Presidente Jairo Magela.

Foi um grande trabalho realizado em conjunto que, mais uma vez, deu certo pela união de todos, que trabalhamos juntos para beneficiar essa categoria. E aqui desta tribuna só tenho a manifestar a todos os meus sinceros agradecimentos, especialmente ao Presidente do TCE, ex-Deputado desta Casa, Conselheiro Antônio Andrada, junto com sua Superintendente Institucional, Dra. Cristina Márcia Oliveira Mendonça Silva, entre outros, que caminharam em parceria para a aprovação do projeto, até mesmo com a



imediate apresentação de um segundo PL, que originou o substitutivo final com as reivindicações sugeridas pela nossa Comissão de Fiscalização Financeira.

O objetivo de corrigir distorções existentes na carreira funcional daquela Corte foi atingido. A aprovação do referido projeto muito me honra, pois intensifica o meu constante e firme propósito de continuar sempre defendendo os interesses do funcionalismo público em nosso Estado.

Quero também manifestar meus agradecimentos aos Consultores e assessores da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa, que fizeram um trabalho exaustivo, de muita competência, para buscar dar ao funcionalismo do TCE-MG um projeto que se tornará lei da melhor qualidade para o plano de carreira e salários daqueles funcionários.

Então, publicamente e desta tribuna, manifesto os nossos agradecimentos - tenho certeza que são de todos os Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira - aos nossos Consultores e assessores, plenamente eficientes, mas acima de tudo extremamente prestativos, que tiveram de nos atender por muitas horas para solucionar algumas dificuldades na tramitação do projeto na nossa comissão.

Ontem esse projeto foi votado em 1º turno, e o mais rapidamente possível será votado em 2º turno, para depois ir à sanção do nosso Governador Antonio Anastasia. Volto a afirmar que isso tudo somente foi possível em decorrência da parceria incondicional da Mesa desta Casa, da equipe do Tribunal de Contas e dos nossos auxiliares, como manifestei.

Gostaria de dizer que esse projeto é um passo importantíssimo para a valorização dos profissionais servidores efetivos. Aqui se abre também uma possibilidade de se buscar a mesma valorização para os demais servidores dos vários departamentos do Executivo do nosso Estado e desta Casa, exatamente para não acontecer como aconteceu nesta Assembleia. No último concurso realizado nesta Casa, mais de 30 funcionários que foram chamados e tomaram posse deixaram a Assembleia, principalmente para a iniciativa privada, exatamente na busca de salários mais compensadores. Eis, pois, a intenção, que não é de criar privilégios para funcionários, mas dar condição de estabilidade e de satisfação para que o funcionário que estiver no Tribunal de Contas não tenha motivo de se desincompatibilizar para atender a iniciativa privada ou outros órgãos que lhe ofereçam melhores salários.

Foi feita uma grande composição que agora, realmente, valorizará e estabilizará o funcionalismo do nosso Tribunal de Contas. Espero que realmente tenham o merecimento pela sua competência, pois são funcionários muito dedicados e que prestam relevante serviço àquela Casa no exercício da fiscalização, do trabalho e da competência do Tribunal de Contas nos Municípios do Estado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, são estas as minhas considerações da tarde de hoje.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e público que nos acompanha pela TV Assembleia, quero falar sobre uma importante audiência pública que será realizada amanhã nesta Assembleia, a partir das 10 horas. Essa audiência tratará sobre o veneno, os agrotóxicos e a saúde dos trabalhadores, dos consumidores e dos mineiros em nosso Estado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão, que está neste Plenário, realizou no ano passado uma audiência com o mesmo tema, quando muitas providências foram tomadas e vários projetos foram elaborados. Entretanto, é preciso continuar lutando contra o veneno que todos os dias chega à mesa do povo brasileiro, que todos os dias chega à mesa do povo de Minas Gerais. Cada brasileiro consome mais de 5 litros de veneno por ano. O simples ato de fazer uma refeição, um prato com alface e tomate tem uma carga de agrotóxicos, de veneno, muito maior do que a legislação da Anvisa permite.

Amanhã, a pedido dos movimentos dos trabalhadores do campo, dos sem-terras, dos empregados rurais, discutiremos a saúde desses trabalhadores. Em Minas há centenas de milhares de trabalhadores no campo, trabalhadores assalariados, que ganham a vida trabalhando de sol a sol, de domingo a domingo, para produzir o alimento que chega à mesa do povo mineiro e do povo brasileiro. Todos os dias eles estão expostos ao perigo terrível do veneno.

Há pouco tempo, um documentário de Sílvio Tandler, cujo nome é muito sugestivo - “O veneno está na mesa” -, tratou do tema e está disponível no Youtube para quem deseja conhecer um pouco mais o assunto. É isso mesmo, o veneno está na mesa, não só na agricultura, mas também na pecuária. O veneno está presente no dia a dia do povo brasileiro. O Brasil é o maior consumidor de veneno do mundo. Nossa agricultura é tocada a veneno, a agrotóxicos, a defensivos.

É bom falar um pouco da história do surgimento dos agrotóxicos. O agrotóxico surgiu durante a Primeira Guerra Mundial e era usado como arma química para matar pessoas. Na Segunda Guerra Mundial foi usado com maior abrangência, e muita gente morreu vítima desse veneno. Depois, as indústrias químicas, que se fortaleceram com a grande mortandade da Segunda Guerra Mundial, começaram a produzir veneno para matar insetos e ser utilizado na agricultura. Veio então a chamada revolução verde, na qual o Brasil entrou na década de 60. Essa revolução significou acabar com a tradição da agricultura no Brasil, acabar com as sementes que os brasileiros dominavam tão bem, práticas antigas da agricultura familiar, e introduzir no Brasil não só o veneno, mas também as sementes que eles mesmos produziam. Para ter acesso ao financiamento bancário, os agricultores eram obrigados a comprar os adubos e o veneno, assim como as sementes desenvolvidas pelas companhias produtoras de veneno, pois eram sementes que suportavam o veneno. Com isso, a tradição secular da agricultura brasileira foi perdida.

Isso trouxe uma consequência gravíssima, porque a agricultura brasileira hoje é completamente dependente do agrotóxico, do veneno. Cinco ou seis empresas no mundo dominam esse mercado de agrotóxicos, entre elas a Monsanto, a Syngenta e a Basf. Elas são poderosas e estão presentes em toda a vida brasileira, na política, no Judiciário, em tudo. É impossível um pequeno produtor resistir. Ele tem de comprar a semente, o veneno e o adubo. Com isso, o povo brasileiro é envenenado todos os dias. Os agricultores precisariam pelo menos saber usar o veneno. O agricultor precisaria ter pelo menos instruções acerca do prazo necessário entre o dia que pulverizou, por exemplo, o mamão papaia, o tomate, a laranja ou a cenoura, e o dia de colocar o alimento na mesa do povo brasileiro. Esse prazo não é respeitado. Chamo a atenção das mães. Todos os dias, de manhã, quando as mães colocam na mesa o café da manhã de seus filhos, está colocando veneno também. Na audiência de amanhã falaremos sobre isso, chamaremos a atenção da população de Minas Gerais para que comecemos a lutar seriamente contra o veneno nosso de cada dia.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, Deputado Pompílio Canavez. Quero parabenizar V. Exa. por nos trazer essa discussão tão importante no intuito de promover a saúde do nosso povo. Gostaria apenas de fazer um comentário. Recebemos há poucos dias, em Uberlândia, no Triângulo, nossa Ministra Tereza Campello, que lá esteve para fazer uma discussão sobre o programa Brasil sem Miséria. Devemos tratar de uma questão importante, fundamentados por informações por ela trazidas. Refiro-me ao incentivo do governo federal para a agricultura familiar, principalmente para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Quando apresentamos, na Câmara Federal, projeto que ampliou o direito à merenda escolar para 9 milhões de alunos do ensino médio, colocamos também um incentivo. Trinta por cento de todos os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar deveriam ser destinados para compra direta de produtos dos pequenos agricultores, daqueles inseridos no programa de agricultura familiar.

Um grande incentivo que o governo federal e o MDS estão desenvolvendo é a orientação a esses pequenos produtores, que farão a venda direta de seus produtos, muitos deles direcionados a creches e escolas, para que tenham incentivo maior produzindo alimentos orgânicos. Com o PAA, queremos não só gerar renda e empregos para os pequenos produtores, mas também, ao mesmo tempo, garantir uma alimentação mais saudável em nossas escolas, creches e entidades.

Agora a rede de supermercados, a rede privada também poderá fazer a compra direta desses pequenos produtores. Assim se incentivam também os grandes mercados a adquirir produtos orgânicos. Também há o objetivo de redução de preço. Infelizmente hoje se cobra muito caro pelo produto porque todo o processo de produção é oneroso. Acho interessantes o programa Brasil sem Miséria e os incentivos que estão sendo dados, para se produzirem produtos orgânicos mais baratos, o que, além disso, proporciona mais renda e emprego no campo e na alimentação mais saudável. Essa é uma questão muito séria na agricultura, na pecuária e na indústria em geral. Os agrotóxicos e os venenos são problemas sérios. Temos de pensar em todo esse processo de industrialização e na saúde de nosso povo.

Parabenizo V. Exa. por esta discussão, por esta iniciativa. Pode contar com nosso trabalho e nosso apoio.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Elismar Prado. Parabéns pela sua luta na Câmara Federal, inclusive com o programa PAA. É importante fazer chegar à mesa das escolas, às nossas crianças alimento adquirido do agricultor familiar.

Sr. Presidente, queria abordar uma outra questão. O veneno tem influência drástica e fatal não apenas na saúde dos seres humanos, mas também no meio ambiente. O Brasil sediará agora, em junho, a Rio+20. Depois da Rio-92, teremos uma discussão sobre nosso planeta. É muito oportuno e apropriado debatermos também o uso intensivo e criminoso de veneno em excesso na agricultura. Esse veneno vai parar no fundo dos rios e dos lagos, causa eutrofização, apodrece e contamina a água que bebemos, de uma forma, às vezes, irreversível.

Grande quantidade de veneno, de agrotóxico, é jogada todos os dias não apenas na agricultura, mas também em nossos mananciais. É preciso fazer um alerta também aos Municípios nos quais a capina química substituiu a mecânica, para combater o mato que cresce naturalmente em razão do sol e da chuva. Muita gente considera isso como sujeira ou lixo, o que não é verdade; é mato.

Hoje a maioria das Prefeituras do Brasil utilizam a capina química, jogando o veneno Randap, que contaminará o nosso lençol freático e as nossas cidades. Isso faz um mal terrível à saúde. São vários os impactos imediatos causados em nossa alimentação diária e até no pão nosso de cada dia, já que até mesmo o trigo recebe uma carga de veneno altíssima para acelerar a produtividade, aumentar a colheita. A “pizza” que comemos aos domingos e o pão nosso de cada dia, do qual nós e nossas famílias nos alimentamos pela manhã, contém veneno também. Isso tudo causa males terríveis à saúde e afeta até mesmo a formação de fetos. Há quase uma epidemia de câncer no mundo todo, cuja grande causa vem daí e ataca especialmente o nosso pequeno produtor rural, o nosso trabalhador do campo, o nosso empregado rural. Eles não têm nenhuma proteção, não sabem lidar com o produto, não têm a menor noção disso.

A agricultura já não se preocupa apenas com a qualidade da produção de alimentos nem com o respeito à natureza. Atualmente já não é assim, pois apenas o lucro é visado. Qual é a forma mais rápida de vender e de lucrar? Isso sem se importar com as consequências para a saúde humana, para o meio ambiente e para a sobrevivência de nosso planeta.

Convido os telespectadores da TV Assembleia para, amanhã, a partir das 10 horas, sintonizarem e verem pessoas importantes, como professores da UFMG, trabalhadores rurais, sindicalistas e ambientalistas. O que queremos é passar para o nosso povo informações sobre como combater esse grande mal que se instalou no Brasil. Parece que fica quase impossível fazer reverter a situação, mas é possível, sim.

O Deputado Elismar falou aqui sobre a agricultura orgânica. Isso é possível, sim. O veneno para a agricultura foi vendido com a propaganda mentirosa de que iria acabar com a fome no mundo. A fome no mundo existe e agora está ainda pior. Milhões e milhões de seres humanos passam fome no mundo. Chega de veneno em nossa agricultura! Chega de veneno em nossa vida! Era isso o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* – Sr. Presidente, Srs. Deputados Tadeu Leite, Doutor Viana e Pompílio, quero, neste primeiro momento, cumprimentar o Governador Anastasia. Hoje, pela manhã, estivemos na Cidade Administrativa, participando de uma solenidade extremamente importante para a assinatura de mais um convênio que trata de mais uma etapa de um programa excelente, que é o Programa Travessia, iniciado no governo Aécio Neves e agora sequenciado no governo Anastasia.

Esse programa é de extrema importância e está ajudando, e muito, o processo de inclusão social em Minas Gerais. Ele é referência na política de assistência social. Portanto, parabenizo o Governador Anastasia e sua equipe de governo, a Sedese, administrada pelo nosso colega Deputado Cássio e anteriormente pelo Deputado Wander Borges. Aproveito para enviar um abraço a todos os funcionários da Sedese, que têm recebido Prefeitos e Prefeitas para orientá-los quanto ao acesso a esse programa de extrema eficiência social. Um abraço direto ao Governador Anastasia, ao Vice-Governador, Alberto Pinto Coelho, e a toda a equipe do governo. Minas está caminhando de forma positiva, promovendo o bem-estar e melhorando, sem dúvida, a qualidade de vida da população mineira.



Em um segundo momento, quero mandar um abraço aos meus conterrâneos da querida São João del-Rei, paralelamente aos conterrâneos de Tiradentes. Neste último fim de semana comemoramos uma data cívica de extrema importância, o 21 de abril, que referenda as ricas páginas de nossa história, destacando a participação de Tiradentes e de Tancredo no processo de liberdade. Ambos conseguiram, no seu tempo, na sua época, no seu momento, trazer aos brasileiros e ao povo mineiro o espírito de liberdade. Naquela época, Tiradentes, ao dar o grito de liberdade, não queria apenas o rompimento com a nação portuguesa, mas queria definitivamente acabar com aquela tributação rigorosa imposta para o suor e o sangue do povo brasileiro. E Tancredo vai nessa linha quando faz a travessia e promove a democracia. Passamos do período de ditadura para caminharmos nesse processo democrático. Então, a memória de Tancredo Neves e a memória de Tiradentes devem, sim, cada vez mais, ser registradas e comemoradas.

Fiquei muito feliz porque, ao participar das solenidades, tive também participação na inauguração do primeiro museu litúrgico de Tiradentes, financiado pelo BNDES, do governo federal, com a participação da Prefeitura. Envio um abraço ao Prefeito de Tiradentes, Nílzio Barbosa. Lá pudemos ver uma restauração extremamente eficiente de peças e materiais litúrgicos da nossa história religiosa católica no Brasil.

Sr. Presidente, quero ainda registrar elogios ao Secretário de Saúde, Antônio Jorge, que nos tem recebido muito bem. Na semana passada firmamos convênios expressivos, principalmente na entrega de ambulâncias, melhorando, sem dúvida, o transporte de saúde no Estado. Sabemos que os problemas de saúde são graves, mas precisam de melhor aporte financeiro por parte dos governos federal e estadual. As Prefeituras, atentas ao processo eleitoral que se aproxima, precisam refazer suas plataformas políticas e suas intenções para atender à população nesse conjunto de demandas apresentadas. Fico muito feliz em ver o governo de Minas atender, de forma imparcial e democrática, aos 853 Municípios.

Concedo, rapidamente, aparte ao Deputado Tadeu Martins Leite, que tem feito um excelente trabalho neste Parlamento.

O Deputado Tadeu Martins Leite (em aparte)* – Deputado Rômulo Viegas, realmente serei breve. Como V. Exa. está saudando o governo do Estado, quero aproveitar para saudá-lo também, pois ontem eu estive presente na reinauguração do Estádio Independência. Hoje ele é o estádio mais moderno de todo o Brasil, pois os outros que se reformam em vista da Copa do Mundo ainda não ficaram prontos. Foi uma bela inauguração. Belo Horizonte e o torcedor mineiro estavam precisando de um estádio na Capital. Ontem foi uma bela inauguração. Portanto, parablenizo a Comissão de Esporte, esta Assembleia, o governo do Estado, enfim, todos os que trabalharam junto à Secopa para que conseguíssemos fazer esse trabalho.

Mais uma vez, parablenizo-o pelo pronunciamento. Só queria registrar a inauguração de ontem.

O Deputado Rômulo Viegas* – Obrigado, Deputado Tadeu Martins Leite. V. Exa. é um atleta praticante do voleibol e conhece bem a importância das parcerias dos órgãos públicos com a sociedade.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* – Parablenizo-o por seu pronunciamento. V. Exa. está batendo recorde: fiz parte da Mesa por mais de quatro anos e, pela primeira vez, vejo um Deputado falar seis minutos, com dois apartes. É um verdadeiro milagre. Agradeço sua concessão.

Pegando carona nas palavras do Deputado Tadeu Martins Leite, quero falar da nossa alegria em relação às homenagens feitas ao Jair Bala e principalmente ao Euler, rapaz com quem convivemos, sabemos da sua boa índole. É um jogador exemplar, com uma vida também exemplar como atleta e ser humano. Ele jogou no América 12 anos e em vários outros times mineiros e brasileiros. Fiquei muito feliz por essa justa homenagem feita na inauguração do Independência ao grande ex-jogador do América, que se despediu ontem.

O Deputado Rômulo Viegas* – Muito obrigado. Era somente isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.